

Márcio Henrique Monteiro de Castro

AMAZÔNIA

Soberania e Desenvolvimento Sustentável

Márcio Henrique Monteiro de Castro

AMAZÔNIA

Soberania e Desenvolvimento Sustentável

Agosto de 2007



© Márcio Henrique Monteiro de Castro, 2007
Direitos adquiridos pelo Conselho Federal de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia - Confea
www.confea.org.br

Série Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação

Coordenação Luiz Carlos Correa Soares

Edição César Benjamin

Produção Executiva Confea - Superintendência de
Comunicação e Marketing

Arte da capa Dialog Comunicação e Eventos

Editoração e diagramação Luana Lima

Impressão Imprinta Express Gráfica e Edi-
tora LTDA.

1ª edição, agosto de 2007

Tiragem: 5000 exemplares

C355a Castro, Márcio Henrique Monteiro de
Amazônia - soberania e desenvolvimento
sustentável. – Brasília: Confea, 2007.
120p. – (Pensar Brasil)

1. Desenvolvimento sustentável – Ama-
zônia. 2. História e população. I. Título. II.
Série.

Sumário

Apresentação	7
Introdução: Duas possíveis cartas em um futuro não muito distante	9
I. A cobiça internacional	15
II. A esfinge amazônica Advertência • A insensatez permanente • O arquipélago verde	19
III. Potencialidades e riquezas: objetos de desejo A exuberância amazônica • O paradoxo na riqueza Potencialidades evidentes	27
IV. História e população Breve história • A conquista européia • Os portugueses • A Amazônia bra- sileira • A Amazônia hoje	35
V. A soberania brasileira ameaçada Considerações básicas • Meio ambiente • Organizações não-governamen- tais • Narcotráfico • Biopirataria • A questão indígena • Contraponto: a soberania brasileira afirmada	53
VI. A natureza ameaçada Introdução • A questão ambiental amazônica • Dois desmatamentos A Amazônia e o clima: vilã ou vítima? • A Amazônia e a biodiversidade Desenvolvimento sustentável	75
VII. A Amazônia e o futuro Linhas gerais de um plano de desenvolvimento da Amazônia Política de investimento	91

101	VIII. Reflexão final sobre o desenvolvimento sustentável Algumas questões sobre desenvolvimento e natureza • Idéias para um desenvolvimento sustentável possível
115	Bibliografia

Apresentação

No Brasil, historicamente, sempre passamos por processos alternados e recorrentes: ou administrando períodos de calmarias, com relativos estágios de crescimento ou sofrendo impactos de graves crises de várias naturezas e dimensões. Esse processo de gangorra se deve a uma crise maior e permanente, isto é, uma crise de projeto, refletida na nossa crise de destino.

Nas últimas décadas – chamadas perdidas para nós, brasileiros –, as crises econômicas, ocorridas em qualquer parte do mundo têm se alastrado com velocidades e conseqüências terríveis e fantásticas, difíceis de dimensionar. Nesses contextos, os impactos nas economias periféricas como a brasileira tornam-se muito fortes e os problemas econômicos e sociais, já existentes, se agudizam sobremaneira. Nesse patamar, a superação das dificuldades passa a constituir um desafio muito mais difícil de ser enfrentado.

É por isso que o Brasil, caracterizado por Celso Furtado como uma construção interropida, precisa de um novo projeto. E não é de um projeto qualquer. É de um Projeto de Nação, um projeto de desenvolvimento nacional sustentado e sustentável, tal que contemple os interesses de todos os brasileiros, indistintamente, sem prevalências de quaisquer naturezas. Todavia, há que se dar prioridade para aqueles que até hoje têm sido privados de uma participação plena e digna na vida nacional.

O Confea está colocando em debate uma questão muito importante, qual seja o papel que a sociedade brasileira espera que o nosso Sistema assuma e cumpra na formatação e na implementação de um projeto de desenvolvimento, em especial no que diz respeito às políticas públicas.

Isso, porque é nestes setores que podemos dar uma contribuição técnica mais qualificada. Em decorrência, estamos propondo um rumo de futuro para o Brasil que queremos. Entendemos isso como um dever inarredável.

Uma das ações em desenvolvimento para dar forma e consistência à nossa contribuição em uma proposta de visão de futuro é a produção e divulgação de estudos conjunturais e estruturais sobre o país e o futuro de nosso povo.

Quanto à questão amazônica, este livro contempla uma parte de nosso objetivo sobre o tema. Nele, o autor trata com maestria, como proposta de trabalho, de dois desafios cruciais a serem enfrentados pela sociedade brasileira: a soberania nacional sobre a Amazônia e o desenvolvimento sustentável da região.

Esses desafios e as suas opções alternativas estão esplendidamente sintetizados, de uma forma doce, porém de enorme profundidade e amplitude, logo na Introdução do livro. Ou seja, na mensagem subliminar quanto à sua forma, porém clara, profunda, densa e desafiadora no conteúdo. E tudo isso condensado apenas em duas possíveis cartas em um futuro não muito distante, escritas por um possível pai a um possível filho, num possível ano de 2050.

Elas - e o conteúdo do livro confirma isso - nos remetem para uma encruzilhada que às vezes não é bem percebida: ou a confirmação do rumo em que estamos indo ou uma inflexão de rota, até profunda e radical se necessário.

Discutir, decidir e assumir responsabilidades sobre rumos para a questão amazônica são desafios que a todos nós compete enfrentar, como profissionais, cidadãos e cidadãs.

Os atores da História futura julgarão os construtores da História presente.

Brasília, agosto/2007

Marcos Túlio de Melo
Presidente do Confea

Luiz Carlos Correa Soares
Coord. do Projeto Pensar o Brasil e
Construir o Futuro da Nação

Introdução

Duas possíveis cartas em um futuro não muito distante

Belterra, estado do Tapajós, Brasil

2 de setembro de 2050

Filho:

Ontem à noite trabalhamos até tarde para concluir o nosso mais recente relatório de pesquisa. Quando acordei hoje pela manhã, com um misto de alegria e vazio que só ocorre quando concluímos grandes tarefas ou fases da vida, numa onda de nostalgia, busquei o velho processador de textos, você com certeza sabe o que é. Misturando depressão, nostalgia, tristeza, saudade e sei lá mais o quê, resolvi escrever, como nos velhos tempos, para você.

Só agora posso afirmar que conseguimos sintetizar a proteína que, definitivamente, produzirá uma vacina contra as doenças degenerativas e a maioria das neoplasias malignas. O mais lindo disso tudo é que a substância básica para o processo é desenvolvida por uma bactéria que

vive na barriga de um besouro que só se reproduz nas árvores de mogno do Baixo Tapajós. A comunidade científica da Amazônia acredita que, pela primeira vez, somos fortes candidatos a ganhar um Nobel. Aqui, na Estação Experimental de Murarema I, resolvemos festejar para valer, aproveitando o *çaíré* que começa na próxima semana.

Como você sabe, desde o início do século seu avô e amigos desenvolveram o embrião de um projeto de experiências agroflorestais. Olhando de hoje, podemos afirmar que eles não tinham idéia da importância do que estavam iniciando. Eles me fazem lembrar de uma marchinha de carnaval que fez sucesso há muito tempo, acho que na década de 1950, e que seu avô cantava quando devidamente embebido de leite de pato. “Caramuru uh, uh.../ atirou no gavião/ e acertou no urubu.”

Mas, deixando os velhos, o que importa é que as florestas da Amazônia hoje já produzem a maior parte das cepas e princípios ativos para a bioengenharia mundial. E o Brasil – quem diria isso no início do nosso século, quando estávamos enredados com os terríveis e medíocres problemas do subdesenvolvimento econômico e político – e o Brasil, repito, é líder mundial de pesquisa na área de genética e bioengenharia. E agora nós, da Amazônia, se o Boto nos ajudar, ganharemos o primeiro Nobel. É demais!

Estas são as novas de cá, mas estou ansioso pra saber as suas novidades. O Jair me falou que você está cotado para dirigir o complexo de gás e o pólo de química fina de Carauari. É verdade? Não deixe o sucesso lhe subir à cabeça. Nunca é demais ter humildade.

Você tem notícias de sua prima? Ela está trabalhando em Altamira, no departamento de *software* de uma empresa que é líder mundial em aviação aeroespacial. Parece que vai casar em breve com um biólogo especializado em ictiologia, professor da Universidade de Alta Tecnologia da Floresta Amazônica e dirige o Frialtsa, o maior frigorífico produtor de proteínas animais do mundo, especializado em vender matrizes de alta qualidade genética para a aquíicultura mundial.

Vou parar por aqui porque o cansaço de escrever já venceu a nostalgia. O resto nós conversaremos no videofonecel. O meu estará ligado o dia todo. Vou pegar um barco e passear pela imensidão do Tapajós. É uma vista que, até hoje, depois de cinquenta anos completos, ainda me emociona.

O Tapajós continua lindo!!!

Beijos!

~

Belterra, Pará, Brasil.

2 de setembro de 2050

Filho:

Só ontem recebi sua carta. Também não é para menos, a desorganização da nossa região está um caso sério. Depois de três anos de estiagem, com sucessivas quebras de safra e mortandade no rebanho bovino, as periferias das cidades viraram zonas livres, dominadas pelo crime. Está tudo desorganizado: correios, a telefonia móvel (ontem uma bomba destruiu a torre de conexão com o satélite de nossa região). Quadrilhas rivais lutam pelo direito de vender proteção, e a violência escalou de forma insuportável. Por isso, nem pensar em voltar. Se nos Estados Unidos você não tem chance de progredir porque é um chicano ilegal, aqui você será presa fácil para os criminosos ou terá que aderir a alguma das organizações narcotraficantes.

Estou tentando vender as terras da Murarema, ou melhor, o que sobrou delas depois do incêndio criminoso do restinho de mata que tínhamos. Você sabe que permaneci na contra-mão e não quis desmatar nem criar gado de corte. Mas, com o fim da mata na região, o nosso pequeno capão foi ficando estéril, atingido pela mudança de clima que, cada vez mais seco, afetou a parte rasteira do mato e acelerou a erosão geológica e genética. O incêndio deu apenas o apito final. Mas os preços da terra estão baixíssimos. Ninguém mais quer plantar soja ou criar gado. A estiagem dos três últimos anos destruiu o que restava da agropecuária na região. Se conseguir vender a fazenda, a grana vai dar apenas para comprar uma casinha modesta na periferia de Belterra ou Santarém.

É triste ver no que se transformou a Amazônia. Do Eldorado Moderno do final do século XX, do celeiro do mundo produtor de soja, carne e madeira, nada restou. O processo de desertificação foi mais rápido e mais forte do que os pessimistas podiam prever. Os minerais não energéticos estão com os menores preços reais dos últimos duzentos anos.

Somos hoje um lugar de problemas. O que ainda temos de riqueza é explorado por multinacionais que exportam minérios, basicamente nióbio, urânio, ouro e diamante. Os rios, que poderiam gerar muitos milhões de quilowatts, estão assoreados e com um regime de descarga que inviabiliza a maior parte dos projetos. Também, pudera! Todas as nascentes foram destruídas pelo desmatamento e pela desestruturação dos solos causada pelo plantio de soja, cana e algodão.

Tudo isso você sabe. Os canais de televisão, no mundo, mostram a Amazônia como um exemplo da incompetência dos latino-americanos, da irracionalidade inerente à formação ibérica e outras besteiras preconceituosas.

O que importa é que você tenha claro de que não deve voltar para cá. Quem tem juízo está saindo! Sua prima, por exemplo, que estava trabalhando numa loja de artesanato no aeroporto de Santarém, conheceu

um italiano e foi morar com ele, em Milão, há dois anos. Agora surgiu um jeito de levar sua tia. O caminho é este. Não pense em fazê-lo na contra-mão.

Estou escrevendo esta carta, que é um veículo do século passado, esperando que lhe ajude a tomar a decisão correta para seu futuro.

Juízo!

PS. Seu avô não reconheceria o Tapajós. A água limpa virou uma lama fedorenta, e aquele rio-mar é um riozinho que se atravessa na foz com qualquer canoa, em poucos minutos.

I

A cobiça internacional

As riquezas do planeta têm sido exploradas e disputadas por homens e nações, gerando conflitos e guerras. O imperialismo do final do século XIX, que julgávamos superado pelo processo de descolonização que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, ressurgiu em nova roupagem, depois da queda do Muro de Berlim, trocando o colonialismo do passado por um mundo de soberanias perfuradas. A inexistência de competição estratégica entre potências deixa os países mais fracos à mercê do exercício da hegemonia dos poderosos.

A geopolítica do século XXI deverá refletir, cada vez mais, uma alteração radical no modelo energético mundial. Para os países desenvolvidos, com sua notória dependência do petróleo, a situação é cada vez mais problemática. Embora as reservas mundiais, independentemente de novas descobertas, possam garantir o abastecimento por mais quatro ou cinco décadas, já podemos ver o fim da era do petróleo. A maior parte dessas reservas não está no território dos países centrais; os Estados Unidos importam, aproximadamente, 60% do petróleo que consomem.

No ritmo atual de extração, as reservas de seu subsolo terminarão na próxima década, e o país dependerá totalmente do petróleo importado. Por isso, os norte-americanos praticam uma política agressiva para garantir o controle das reservas mundiais.

Na busca de novas fontes de energia, os biocombustíveis passarão a ocupar uma posição de destaque. Nesse cenário, a imensidão amazônica revela sua importância estratégica em escala mundial, na condição de maior “vazio” geográfico que pode ser imediatamente ocupado. A isso, soma-se o fato de que ali é possível desenvolver-se uma moderna e sustentável agricultura de base florestal.

A Amazônia tem outras riquezas fundamentais para os países ricos: enorme quantidade de minérios e uma biodiversidade fantástica, a matéria-prima para a bioengenharia do futuro próximo. Além disso, a água potável é um recurso limitado no mundo atual. Em poucas décadas, ela começará a faltar em muitas partes do planeta; vários países desenvolvidos ficarão carentes desse recurso essencial para a vida. Poucas áreas continuarão a ter água doce em abundância, com destaque para a Amazônia, que detém 20% das reservas do planeta. A água potável será uma das grandes riquezas deste século, e sua disponibilidade atrairá populações para a região.

A luta pelos recursos naturais básicos – alimentos, água e energia – é uma possibilidade colocada para um futuro não muito distante. A Amazônia – toda ela, e não só a brasileira – é uma presa em potencial. Ao contrário da polaridade do após-guerra, que gerava poder de barganha para os países do Terceiro Mundo e dava origem a uma renda oriunda das ajudas aos aliados de cada lado na Guerra Fria, a situação previsível assemelha-se à partilha do mundo feita pelo imperialismo do final do século XIX. Um neocolonialismo está à vista. Na hipótese mais otimista, soberanias perfuradas, para usarmos a expressão cunhada por Rivero (2000), serão a norma das relações entre as potências e os quase-países em que se transformarão os atuais países subdesenvolvidos.

Se a Amazônia reúne condições de ser, neste século, uma das principais regiões produtoras de riquezas do planeta, é fundamental zelarmos pela soberania e pelo desenvolvimento racional da região, em bases crescentemente civilizadas. O futuro do Brasil está ligado à Amazônia. Ela é o nosso grande passaporte para um país desenvolvido. Lá está o nosso futuro, mas para alcançá-lo é necessário trabalharmos já. É agora que se define o futuro!

II

A esfinge amazônica

Advertência

Duas polêmicas se misturam quando falamos em Amazônia. Essa mistura cria paixões, interesses, informações e desinformações. São questões complexas, estratégicas, que se relacionam com o futuro do país e do mundo. Desafiam a nação brasileira, que tem a oportunidade de enfrentá-las e, com isso, assumir posição de relevância mundial. Estamos falando da *soberania brasileira sobre a Amazônia* e do *desenvolvimento sustentável da região*. Delas é que trata este livro.

A insensatez persistente

A vida na Amazônia é dura, diante do processo de modernização. Definir um modelo de desenvolvimento capaz de oferecer um elevado padrão de vida às populações e, ao mesmo tempo, manter as características do estilo amazônico é um desafio. Exige uma política criativa e uma coerente ação de Estado. A forma de ocupação e a ordenação estatal da

vida cotidiana da Amazônia, hoje, estão muito distantes disso. À tradição se somam inépcia e corrupção, moldando uma realidade onde o absurdo predomina no espaço e na vida social.

O Brasil pode perder a Amazônia nos próximos anos. Não só pela cobiça internacional, que é histórica, mas porque a população brasileira pode escolher a internacionalização como estratégia de ocupação e de vida na região. Pois as populações da Amazônia estão diante de uma triste dicotomia: fazer avançar o processo predatório de conquista do território – e a palavra conquista já trai a natureza equivocada e contraditória do processo, que vê no espaço um inimigo – ou aderir a uma idílica proposta verde que preserva a natureza, mas esquece os aspectos políticos e a complexidade socioeconômica do mundo contemporâneo. Ambas as alternativas levam a um mesmo resultado: a perda de soberania por uma intervenção internacional.

Inexiste qualquer política coerente de desenvolvimento formulada pelo governo brasileiro para a região. Os diferentes órgãos federais, que lá atuam, sequer se articulam uns com os outros. Levando-se em conta que nove estados compõem a Amazônia Legal e que existem na região centenas de prefeituras, empresas nacionais e estrangeiras, organizações não-governamentais (ONGs), igrejas, organizações do movimento social e outros agentes, inclusive ligados a diferentes tipos de ilícitos, pode-se imaginar o quadro de anarquia, violência e irracionalidades que está sendo construído pela miríade de interesses particulares e contraditórios, quando não conflituosos. Também não podemos perder de vista que a inexistência de uma ação governamental, diante desse vigoroso e anárquico processo de ocupação, cria um caldo de cultura adequado ao agigantamento dos problemas e à inviabilidade das soluções.

O espaço que serve de cenário para essa insensatez persistente assume aspectos dantescos. Sobressai a violência contra a natureza e a população. Florestas e queimadas, cidades e aldeias misturando riqueza e miséria, e, nos últimos tempos, além das cheias tradicionais, um ele-

mento novo: a seca. Um diagnóstico breve e impressionista da Amazônia relevará as conhecidas condições físicas e humanas da ocupação da região. Pois, antes de tudo, deve ficar claro que estamos falando de uma região vasta, heterogênea e com baixa densidade demográfica, onde – enfatizemos – a soberania brasileira poderá ser contestada.

Quando falamos de Amazônia brasileira estamos falando de quê? Região Norte? Floresta amazônica? Amazônia Legal? Ficaremos com o último conceito.

A Amazônia brasileira tem cerca 5,1 milhões de km² e aproximadamente 23 milhões de habitantes, 80% dos quais residentes em cidades. Essa elevada taxa de urbanização de uma população relativamente pequena, em relação ao território, explica os vazios demográficos e o domínio da floresta virgem em grandes espaços. A floresta propriamente dita ocupa pouco mais da metade da área. Cerca de 220 mil indígenas vivem ali, o que representa a maior população nativa do país. A densidade demográfica na zona rural é bastante rarefeita, situando-se, em algumas regiões, abaixo de 0,5 habitante por quilômetro quadrado.

Um olhar mais atento identificará paisagens singulares, resultantes da diferenciação da floresta ou de diferentes tipos de solos e de topografia; diferentes várzeas, águas e rios, terras firmes férteis ou quase estéreis, baixadas e montanhas, cerrados e lavrados.

Inicialmente, a ocupação seguiu o curso dos rios. A geopolítica portuguesa, as drogas do sertão, a escravização de índios e, mais tarde, a exploração da borracha impulsionaram essa piracema humana. A partir do século XX, a região viveu uma nova forma de ocupação. Estando, ao sul e ao leste, cercada de cerrados e caatingas, áreas de expansão da fronteira agrícola, a floresta sofreu as primeiras significativas ondas de colonização a partir dessas vizinhanças, na seqüência da construção de Brasília e de uma rede de rodovias.

Com um planejamento regional superficial e uma gestão governamental inexistente, o resultado do processo de ocupação territorial ge-

rou um quadro caótico, onde problemas e potencialidades se anulam. O modelo de ocupação, que combinou desmatamento e pecuária extensiva, sofre críticas da opinião pública nacional e internacional. Os problemas sociais e ambientais estão presentes em quase todas as reportagens e trabalhos acadêmicos. Drogas, queimadas, extração descontrolada de madeira e extermínio de espécies nativas são idéias imediatamente associadas à realidade amazônica.

Às críticas ao modelo agrário se somam aquelas relacionadas aos grandes projetos de mineração, de geração de energia e de implantação de indústrias. A defesa dessas formas de ocupação é estigmatizada como uma posição atrasada e corporativa. Isso produz um ambiente adverso aos projetos de desenvolvimento para a região, que são indispensáveis para o próprio desenvolvimento brasileiro, independentemente de sua origem governamental ou privada. As idéias de desenvolvimento sustentável, conceito simpático e mal definido, inspiram, na prática, projetos pequenos e, quase sempre, mais conservadores do que conservacionistas.

O conservadorismo ambientalista, de um lado, e o desenvolvimentismo conservador, com destruição ambiental, de outro, são as alternativas atualmente colocadas na mesa. Criam uma falsa dicotomia e imobilizam o poder público e o setor privado, incapazes de definir um projeto de desenvolvimento que atenda aos aspectos econômicos e ambientais, simultaneamente.

O quadro que se descortina atualmente é o mais confuso. É visível que nos defrontamos com as velhas e difíceis questões do desenvolvimento econômico, acompanhadas por uma problemática geopolítica renovada e amplificada. As duas questões estão misturadas, superpostas e não podem ser tratadas separadamente: a questão da soberania e controle efetivo do território – a Amazônia brasileira será brasileira no futuro? – e a questão do meio ambiente ou, como denominamos acima, do desenvolvimento sustentável.

O quadro abaixo é tão-somente uma estilização didática:

		Soberania	
		Menos	Mais
Preservação	Mais	I	II
	Menos	III	IV

Quadrante I: modelo de algumas ONGs, internacionalista.

Quadrante II: modelo ótimo, objetivo a ser perseguido.

Quadrante III: modelo insensato, garimpeiro, extrativista, das madeiras e do narcotráfico.

Quadrante IV: modelo integracionista, desmatamento com pecuária.

O arquipélago verde

Ao afastar a idéia de continente e associarmos a Amazônia à idéia de arquipélago, queremos enfatizar a heterogeneidade física, biológica, histórica e política que fica eliminada por um conceito de intensa carga simbólica como é o de Amazônia, hoje sinônimo de grande, verde, virgem e, segundo certas visões, global. Tudo na Amazônia é múltiplo.

Clima e floresta são as primeiras idéias que vêm à cabeça quando falamos de Amazônia. O clima, apesar de predominantemente tropical, apresenta grande diferenciação. Nem poderia ser diferente. Cortada pela linha do equador, a região se distribui pelos dois hemisférios; quando nos movemos no sentido norte-sul, passamos do verão para o inverno. Mas, como sabemos, o clima tropical pode ser definido como aquele em que há duas estações: o “inverno” é a estação chuvosa; o “verão”, a estação seca. Além da latitude, a altitude também influencia fortemente o clima. Nunca é demais lembrar das montanhas do maciço das Guianas, que fica no norte da Amazônia brasileira. Lá encontraremos o Pico da Neblina, ponto culminante do Brasil, e outras montanhas elevadas. A

distância do litoral e das brisas marítimas – ou seja, a continentalidade – também é outro fator de diferenciação do clima.

A floresta, que se confunde com a própria idéia de região, é composta de inúmeras e diferentes florestas e outros tipos de vegetação: florestas de várzeas, igapós, cerrados, lavrados e até caatinga. As águas são múltiplas – brancas ou barrentas, escuras ou pretas e, ainda, esverdeadas ou azuis –, assim como a topografia, os solos e os povos que lá habitam. De qualquer ângulo vê-se a complexidade da região.

Os solos, segundo estudos da Embrapa (Meirelles, 2004), estão distribuídos em 215 diferentes classes, mas a maior parte deles tem baixa fertilidade. A exuberância da floresta decorre da reciclagem dos nutrientes, formando um sistema fechado que, quando rompido pelo desmatamento, revela a pobreza dos solos, que contribuem com apenas 8% dos nutrientes minerais. A topografia, conjugada com o regime pluviométrico caracterizado por chuvas fortes, atua para reduzir a disponibilidade de terras agricultáveis. O Projeto Radam identificou menos de 11% do território como adequados à agropecuária.

A Amazônia continental, com uma superfície de 7,3 milhões de km², corresponde a 5% da superfície do planeta e a 40% do continente sul-americano. Além do Brasil, ela incorpora Guiana Francesa (um departamento da França), Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

A Amazônia brasileira é conhecida de diferentes maneiras. Muitas vezes, a confusão sobre qual dessas maneiras estamos falando causa grandes equívocos e controvérsias desnecessárias. A floresta amazônica, que lhe dá personalidade e é a principal parte do território (3,7 milhões de km²), co-existe com cerrados, campos e caatingas, formando um conjunto que abarca 4,2 milhões de km². A própria floresta, como vimos, é um conjunto de florestas muito diferentes entre si: florestas de terras secas, de várzeas, mangues, igapós além das áreas de transição. Já o conceito de Região Norte é político-administrativo. À região corres-

ponde a um conjunto de unidades da Federação, que abrange os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins. A Amazônia Legal, também um conceito político-administrativo, agrega à Região Norte o estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão localizada a oeste do meridiano de 44°O. Mede, aproximadamente, 5,1 milhões de km², equivalentes a 60% do território brasileiro.

A topografia da Amazônia se caracteriza por uma extensa depressão de terras equatoriais, formando uma vasta planície, situada entre o Maciço das Guianas, de um lado, e os primeiros degraus do Planalto Central, do outro, tendo a oeste a Cordilheira dos Andes. É dividida pelo equador terrestre, que deixa no Hemisfério Norte a parte menor e mais acidentada da região.

Os rios da Amazônia foram e continuam ser as grandes vias de penetração. Pela navegação interior se processam a integração intra-regional e também, em menor intensidade, a integração com a vizinha região Centro-Oeste. Recebendo águas dos Andes, dos afluentes e das correntes aéreas úmidas, a rede fluvial amazônica forma um sistema natural de transporte hidroviário.

O Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior rio do mundo. Percorre 6.577 quilômetros, dos Andes peruanos até o Atlântico. Troca de nome cinco vezes antes de ser brasileiro, com o nome de Solimões, e passa a chamar-se Amazonas quando recebe as águas do rio Negro, no coração do estado do Amazonas. Constitui, assim, uma hidrovia natural que praticamente corta o continente sul-americano em sentido horizontal. Até Iquitos, no Peru, é permanentemente navegável ao longo de 3.580 quilômetros. De Tabatinga – cidade situada na triplíce fronteira com a Colômbia e o Peru, local onde o grande rio chega ao Brasil – até a foz, percorre um declive suave, de cerca de oitenta metros.

O Amazonas apresenta profundidades que variam de 20 a 130 metros. Sua menor largura é de 1,5 quilômetro, no estreito de Óbidos. Recebe centenas de afluentes, que formam uma malha permanente de

navegação fluvial com cerca de 20 mil quilômetros. A vazão de 80 mil m³/s o transforma em primeiro do mundo em caudal. Com o curso quase coincidente com o equador terrestre, recebe afluentes dos dois hemisférios, onde as estações se alternam.

A parte rio que vai de Manaus à foz permite o transporte marítimo de cabotagem e de longo curso. A que se estende de Manaus a Benjamin Constant, na fronteira com a Colômbia e o Peru, permite a interação com os países andinos e uma futura projeção para o Pacífico. A hidrovia do Madeira integra a região com o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país; o rio Negro interliga Manaus a São Gabriel da Cachoeira e prossegue até Cucuí; o Japurá interliga o Solimões a Vila Bittencourt; o Nhamundá liga a cidade de mesmo nome à hidrovia do Amazonas; o Trombetas chega ao pólo de Oriximiná; e o Jari, que limita Pará e Amapá, possibilita o acesso a Monte Dourado, sede do controverso (pelo menos quando de sua formulação inicial) Projeto Jari.

A malha fluvial, principal via de transporte, é complementada por estradas, como a BR-174, Manaus-Boa Vista; a BR-156, que corta o estado do Amapá na direção sul-norte, até a fronteira com a Guiana Francesa; e a BR-163, que projeta a parte setentrional no Centro-Oeste e Sudeste do país. As estradas 364, 158 e 153 começaram a rasgar a região partindo do Planalto Central, no sentido sul-norte, e criaram uma nova forma de ocupação econômica, projetando para cima a agricultura do Cerrado a partir das duas últimas décadas do século XX. Cortando transversalmente a Amazônia e situada na calha sul, temos a mais emblemática estrada da região, a Transamazônica. Com um traçado inteligente e articulada com a rede hidroviária, apresenta uma síntese dos problemas e das potencialidades da ocupação amazônica recente. Em muitos lugares, é o ponto de encontro da tradicional várzea com a moderna fronteira agrícola, cadinho de diferentes culturas e estratégias de sobrevivência. É uma área de conflitos e tensões, sociais e políticas.

III

Potencialidades e riquezas: objetos de desejo

A exuberância amazônica

A Amazônia é o último espaço ecumênico relativamente não ocupado no planeta. Possui grande reserva de água doce, terras agricultáveis e potencial hidroelétrico; abriga 33% das florestas tropicais, o maior banco genético do mundo e tem imensas províncias minerais; é um espaço privilegiado de fotossíntese. É um passaporte carimbado para o desenvolvimento no século XXI (Sa Freire, 2004).

O paradoxo na riqueza

A idéia de subdesenvolvimento tem na Amazônia um exemplo instigante e original. Apesar de não possuir grandes contingentes de miseráveis, um segmento expressivo da população rural vive em condições atrasadas, isolada em pequenas comunidades desprovidas de serviços básicos indispensáveis, como luz elétrica e água potável. Nesses casos, porém, a subsistência alimentar está quase sempre garantida pelo peixe, o açaí, a farinha

d'água e outros produtos de que a natureza regional ainda é pródiga; eles garantem o comer do amazônida, seja índio ou caboclo.

A miséria está nas cidades. Nas grandes, como é de se esperar, e também naquelas situadas nas áreas de fronteira agrícola, que crescem com rapidez em precárias condições, com o esgoto misturando-se em ruas e praças ao lixo não degradável, entupindo igarapés, dando origem a impressionantes aglomerados de palafitas.

Tradicionalmente, a economia rural – que não deve ser confundida com agrícola – se baseou no extrativismo vegetal ou na mineração, atividade que, até hoje, dado o baixo nível técnico em que é praticada, acelera a perda genética ou a erosão dos recursos não renováveis.

Atualmente, ao contrário do passado, o extrativismo é praticado em diferentes escalas. Ainda temos o pequeno e arcaico extrativista, o castanheiro, o seringueiro, o pescador (que no Baixo Amazonas já enfrenta dificuldades para encontrar o peixe), o caboclo que derruba o açaí novo e produtivo para vender o palmito e, não devemos esquecer, o garimpeiro. Mas também temos os grandes, as madeireiras, inclusive estrangeiras, que arrasam as florestas, e os barcos pesqueiros que dizimam cardumes e ameaçam a diversidade ictiológica.

A produção agropecuária, praticada de forma extensiva, sustenta uma modernização aparente que só é consistente com um projeto de apropriação imobiliária. Pois esta é a tônica da ocupação das terras na Amazônia: a apropriação de grandes terras por grilagem, por concessão e até por reforma agrária, que lá se combina com um perverso processo de concentração fundiária. Sem condições de explorar racionalmente o seu lote, o camponês, após algumas roças na coivara, vende e migra para a cidade ou vai demandar novas terras. Todas essas formas têm em comum o uso do fogo como forma rápida de se criar uma terra utilizada, o argumento que garante a futura propriedade legal.

Essa propriedade fundiária absoluta, objeto final da ocupação, funda um novo tecido de relações sociais nas quais o caboclo extrativista,

Dados básicos da Amazônia Legal

UF	Área (km ²)	Área de Unidade de Conservação	População (10.000)	População Urbana (%) Capital (mil)	Densidade Demográfica Hab/km ²
Acre	152.581	37.241	620.634	66,4	4,0
Rio Branco				284.555	
Amapá	142.814	61.656	547.400	89,0	3,8
Macapá				326.466	
Amazonas	1.570.745	193.551	3.148.420	74,8	2,0
Manaus				1.592.555	
Pará	1.247.689	52.018	6.850.181	66,5	5,5
Belém				1.386.482	
Rondônia	237.576	29.461	1.562.085	64,1	6,6
Porto Velho					
Roraima	224.299	44.101	381.896	76,1	1,7
Boa Vista				236.319	
Tocantins	277.620	12.823	1.262.644	74,3	4,5
Palmas				187.369	
Maranhão	331.983	6.708	6.021.504	59,5	18,1
São Luís				959.124	
Mato Grosso	903.357	4.300	2.749.145	79,4	3,0
Cuiabá				524.666	
Total	5.088.664		23.143.909	68,3	4,5

Fonte: IBGE.

antes preso por laços mercantis e semifeudais, é abruptamente transformado em trabalhador volante, ou substituído por ele, em relações que, muitas vezes, lembram a escravidão. Boa parte da tensão fundiária na

região e da luta pela conservação – em reservas extrativistas, terras indígenas e outros tipos de unidades de conservação – relaciona-se a esse tipo de ocupação e de apropriação latifundiária da terra.

A ocupação pela agricultura capitalista é fato relativamente recente e está ocorrendo, de fora pra dentro, com a expansão da soja no rastro do arco do desmatamento. Em Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, no Pará da Transamazônica, nas partes sul e oriental, encontramos grandes unidades de moderna agricultura familiar que estão na raiz de uma promissora ou problemática – o futuro dirá – modernização da agricultura local.

Nas cidades, o processo não é menos problemático. O Amazonas é o único estado da região cuja base econômica é eminentemente industrial, em decorrência do pólo industrial da Zona Franca de Manaus. Apesar dos expressivos números de empregos e de faturamento, ela não se integra à economia regional e funciona como uma plataforma de processamento de importações. Em todo o Norte, as demais indústrias pesadas – mineradoras, metalúrgicas e as de energia – atuam como enclaves que produzem para o mercado externo à região.

O somatório das riquezas produzidas pelos estados amazônicos representa cerca de 5% do produto interno bruto (PIB) do país, evidenciando que a política de investimentos públicos não foi feita com vistas a reduzir as grandes diferenças no nível de desenvolvimento entre o Sul e o Sudeste, de um lado, e as demais regiões do país, de outro.

A importância econômica da região, entretanto, não pode ser mensurada pelo atual nível de participação no PIB, mas por seu extraordinário potencial.

Potencialidades evidentes

Com baixa densidade demográfica e elevada taxa de urbanização, a Amazônia, mesmo assim, tem uma população rural com expressivos

contingentes que vivem na floresta e do extrativismo. Esses moradores conhecem a região, estão aclimatados nela e são uma base para o desenvolvimento regional.

A região ainda é uma fronteira agrícola e atrai imigrantes para o chamado “arco de desmatamento”. Pará e Rondônia registraram saldos migratórios negativos entre 1991 e 2000, exportando migrantes e invertendo os saldos positivos nas décadas anteriores, o que é um comportamento típico de fronteira agrícola velha. Na última década, os saldos migratórios positivos passaram a ocorrer em Roraima, Amapá e Mato Grosso, os dois primeiros constituindo pólos de atração para os migrantes do Pará e do Maranhão.

Um fato não intuitivo, que merece ser destacado, é o caráter urbano da expansão da fronteira agrícola. O processo de ocupação e desmatamento das terras é acompanhado da criação de núcleos urbanos onde os serviços e as indústrias de apoio se estabelecem. São oficinas, postos de gasolina, farmácias, lojas de material agropecuário, serrarias, hotéis baratos, lojas de eletrodomésticos, restaurantes, cabarés etc. Na periferia dessas cidades, barracos e, nas margens de rios e lagoas, palafitas abrigam um campesinato proletarizado, ao mesmo tempo urbano e rural, que ora luta pela terra e migra, expandindo a fronteira agrícola, ora se desloca para cidades maiores, garimpos e canteiros de grandes obras.

Apesar da baixa densidade demográfica, a Amazônia possui uma população – rural e urbana – adaptada e com estratégias de sobrevivência apropriadas às especificidades da região. Não é um deserto ou um vazio a ser povoado, nem um espaço onde as atividades possam ser implementadas sem levar em conta a experiência da população que já reside lá.

A Amazônia é também uma imensa província mineral. Nas dobras dos planaltos Central e das Guianas há, entre outras, inúmeras reservas de ferro, alumínio, cobre, ouro, diamante, nióbio e minerais energéticos, como urânio, além de petróleo e gás. O inventário não está completo: há

níquel, estanho, cobre, manganês, zinco, potássio etc. É tanto minério, tanta riqueza, que ainda não conseguimos quantificá-lo.

É incrível o relaxamento com que o país trata essa questão. Refiro-me ao país, não só ao governo! O Brasil não pensa a Amazônia. Ou a pensa de forma alegórica e caricata, cheia de rios, onças e araras. Ou fica estarecido diante de uma suposta modernização, bárbara, feita com fogo, violência, poluição e miséria.

A floresta amazônica tem um imenso potencial madeireiro. Sua biodiversidade equivale a 10% de toda a biota mundial, o que abre a oportunidade para o desenvolvimento de indústrias, desde a químico-farmacêutica até as de móveis, celulose, construção naval etc. São inúmeros os produtos artesanais da floresta, como alimentos, essências e elementos decorativos, que podem ser explorados comercialmente pela população amazônica.

A infinita disponibilidade de água torna a região um espaço privilegiado para o desenvolvimento da aquicultura. Essa nova atividade, intensiva em tecnologia, pode ser implementada com manejo inteligente e simplificado, incorporando as populações ribeirinhas em uma pesca controlada; hoje, ela se tornou uma atividade predatória. O outro elemento essencial para tal desenvolvimento é também abundante na região. Naércio Menezes, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), estima entre 2,5 mil e 3 mil o número de espécies de peixes de água doce na América do Sul; desse total, 1,5 mil são encontradas no Brasil e 1 mil na bacia amazônica. Outros, porém, admitem que haja no continente mais de 5 mil espécies de peixes fluviais e lacustres; na Amazônia, o número passaria de 2 mil. Manuel Musa Filho, vice-presidente da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), estimou em 120 as espécies comestíveis. Entre elas, estão os dois recordistas mundiais dos peixes fluviais de couro e de escama: a piraiíba, que supera 300 quilos, e o pirarucu, com mais de 100 quilos (www.amazonialegal.com.br).

Solos rasos e arenosos, localizados na borda do Planalto Central e sujeitos a erosão quando a cobertura florestal é removida, várzeas úmidas e férteis, com limites à introdução de mecanização, tornam restrita a disponibilidade de terras para agricultura intensiva. “Na década de 1970, o Projeto Radam mapeou a capacidade dos solos na Amazônia Legal. Concluiu que somente 10,7% podem ser considerados (...) sem restrições para a agricultura e a pecuária” (Meirelles, 2004).

Mas a região tem inequívoca vocação florestal. Além do manejo racional das florestas e de experiências de agroflorestamento, que são atividades adequadas à exploração familiar, é possível, em escala industrial, a silvicultura de madeiras nobres para mobiliário e para a produção de celulose e carvão, além de cultivos de cacau, café, guaraná etc.

A industrialização e comercialização dos produtos da floresta, óleos comestíveis (palmeiras e castanha), polpas, sucos, sorvetes, refrigerantes e, também, de óleos, essências aromáticas e corantes deve merecer uma política específica. Um exemplo que está pronto para ser implementado é o da produção de biodiesel a partir do dendê. Um hectare de dendê produz 5 mil quilos de óleo por ano, contra 400 quilos produzidos pela soja em condições semelhantes; esse combustível pode ser a alternativa para a iluminação de pequenas e médias comunidades isoladas da Amazônia brasileira.

A utilização da população local é fundamental para lastrear a agroindústria na produção agroflorestal. Modelos que articulem a produção familiar e a indústria moderna devem ser incentivados e apoiados pelos órgãos de financiamento. O dendê, para continuarmos com o nosso exemplo, mostra como uma política de articulação do pequeno produtor com a agroindústria pode integrar as populações tradicionais da Amazônia. A exploração de dez hectares de dendê pode proporcionar uma renda líquida na faixa de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) por ano para a família agricultora.

Além da floresta e da coleção de imensas províncias minerais, a Amazônia tem energia hidroelétrica e gás natural. O Projeto Radam estimou um potencial hidroelétrico mobilizável de 130 mil MW. O complexo petrolífero de Urucu, com 130 bilhões de m³ de gás (www.amazonwatch.org), tem plena capacidade de abastecer toda a Amazônia Legal com gás liquefeito de petróleo (GLP). É um potencial não utilizado. Combinado com o potencial hidroelétrico, dos quais menos de 10% estão explorados, poderia dar sustentação a uma indústria moderna e não poluente, que utilizasse os recursos da região.

Além disso, a Amazônia Brasileira está perto do carvão colombiano e do gás venezuelano, cuja utilização já se discute, com a perspectiva de um gasoduto integrando a América do Sul. Em prazo relativamente curto, a região pode transformar-se em um grande pólo metalúrgico e metal-mecânico e não em uma simples exportadora de matérias-primas minerais. A Zona Franca de Manaus deve ser repensada e integrada a uma política industrial nacional. Não pode mais funcionar como uma plataforma processadora de importação. Articulada com a indústria brasileira e com a economia regional, deve aprofundar e intensificar o conteúdo tecnológico dos itens nacionais.

A natureza confere enorme potencial turístico à região, desde que seja desenvolvida a necessária infra-estrutura e se promovam eventos específicos, que podem ser, por exemplo, científicos e comerciais. O desenvolvimento urbano da região, baseado em uma nova forma de ocupação, poderá construir cidades com serviços sofisticados, universidades e centros de pesquisas capazes de atrair, além de turistas, pessoas movidas pela idéia de construir uma civilização nas florestas tropicais.

IV História e população

“Em 1822, a Amazônia não fazia parte do Brasil. Sequer se chamava Amazônia.”

(Souza, 2005)

Breve história

A história da Amazônia, assim como quase tudo que lhe diz respeito, é ignorada pelos brasileiros. Há grandes equívocos e mistificações. Os livros didáticos tratam a Amazônia como integrada ao nosso espaço desde sempre. “Nossos” índios, matas e rios aparecem como se possuíssem uma brasilidade ontológica, de origem, que precede, até mesmo, ao nascimento do Brasil.

Mas a Amazônia tem história, e nem sempre ela pode ser confundida com a história do Brasil. Melhor dizendo, a Amazônia não é brasileira por uma determinação natural ou vocação metafísica. É brasileira pela confluência de nossas histórias, que, como os rios da região, correram em diferentes direções até formarem um caudaloso curso de unidade.

Segundo Gabriela Martin (2005), “a ocupação de grandes áreas da região amazônica durante a pré-história ainda é desconhecida”. Quando os europeus chegaram à Amazônia, esta já era habitada há, pelo menos,

10 mil anos. Persiste a dúvida se os primeiros habitantes chegaram dos Andes ou se os rios que nascem nas Guianas e no Planalto Brasileiro trouxeram esses povoadores.

Além da origem desses pioneiros, restam outros problemas difíceis. Os europeus encontraram sociedades complexas, hierarquizadas, que praticavam a agricultura e tinham domesticado o milho e a mandioca. Qual a relação entre os primeiros caçadores e os povos que fizeram contato com europeus no século XVI? Os primeiros eram os antepassados ou foram sucedidos por outros povos mais evoluídos?

Em cerca de 10 mil anos podem ser identificadas culturas distintas. Nas palavras da professora Martin (2005):

Entre os primeiros assentamentos humanos e a ocupação pelos espanhóis e portugueses, com a paulatina destruição ou modificação das populações autóctones, grupos étnicos numerosos e diferentes ocuparam a região. (...) É possível estabelecer seqüências de ocupação humana na Amazônia que abrangem desde as primeiras levas de caçadores-coletores nômades presentes nas várzeas e na terra firme.

Em um segundo momento,

aparecem ocupações sedentárias ou semi-sedentárias de horticultores de raízes, conhecedores da manufatura de uma cerâmica simples, assentados principalmente nas terras baixas de várzea. A esse período pertencem os abundantes e extensos sambaquis fluviais que se encontram desde Manaus até a costa

do Pará e que apresentam estágios diversos de ocupação, a partir do quinto milênio a.C., com intensivo aproveitamento dos recursos marinhos. Num terceiro período, que pode ter começado em torno do século V d.C. e chega até o contato europeu, formaram-se sociedades mais complexas e hierarquizadas, com chefias ou cacicados; construíram-se grandes aterros para as aldeias, tanto para proteger-se das enchentes como por medida defensiva; neles, também enterravam-se os mortos. As cerâmicas cerimoniais e funerárias dessas sociedades são policromas e profusamente decoradas com relevos e apliques antropomorfos e zoomorfos de grande complexidade. Seu estágio cultural pode se situar no chamado período “formativo” das altas culturas andinas.

Outras questões estimulantes exigem mais pesquisas. Qual a relação entre as populações do vale amazônico e as civilizações andinas? Existiram grandes civilizações na calha amazônica? Qual o real impacto da conquista européia?

O arqueólogo Paulo de Blasis acredita que a conquista e destruição das civilizações pré-colombianas da América interrompeu o desenvolvimento de uma cultura de grande complexidade. Segundo ele, as sociedades da região onde hoje é o Brasil estavam em contato com aquelas culturas mais avançadas. “Nos próximos anos, as pesquisas deverão trazer evidências de grandes civilizações antigas ao longo da calha do rio Amazonas” (Blasis, 2001).

Nos últimos anos do século XX, uma equipe internacional de arqueólogos, coordenada por Eduardo Góes Neves, da Universidade de São Paulo, encontrou provas de existência de grandes concentrações populacionais pré-colombianas na região de Iranduba, no entroncamento dos rios Negro e Solimões, no estado do Amazonas. Essas pesquisas

permitiram um diálogo entre dois modelos divergentes. O primeiro, com forte determinismo ecológico, fruto das pesquisas da arqueóloga norte-americana Betty Meggers, na década de 1950, excluía a possibilidade de terem existido sociedades avançadas na região, baseando-se principalmente na pobreza do solo amazônico constatada por seus estudos na ilha de Marajó. O segundo modelo, formulado por Anna Roosevelt na década de 1980, acreditava que existiram grandes sociedades na região.

A hipótese derivada das descobertas do professor Neves (2002) é a seguinte:

Há um meio termo entre os dois modelos. Havia muito mais gente do que pensava Meggers, mas as ocupações não eram permanentes. Os estudos indicam que houve ocupações sucessivas de cerca de 150 anos, com grandes intervalos entre cada uma.

Para onde foram essas populações? Segundo Soublin, nos relatos dos primeiros exploradores há referência constante a populações numerosas e sedentárias que se abrigavam nas margens do rio Amazonas. “A partir da segunda metade do século XVII, quando os portugueses começaram a visitar sistematicamente o Alto Amazonas, não se vêem mais vestígios desses agrupamentos.” Tais sociedades mais complexas diferem daquelas que os portugueses encontraram quando iniciaram a ocupação da Amazônia.

A conquista européia

Os indígenas que viveram a ocupação portuguesa eram de diferentes troncos e famílias: tupis, gês, aruaques e karibs. Falavam línguas diver-

sas, eram nômades e viviam em permanentes lutas intertribais. Foram integrados à colonização portuguesa por catequese, comércio ou preação. A partir do contato – ou melhor, da conquista –, a história da Amazônia ganha outro elemento étnico, o branco, e uma nova dinâmica, articulada com a história mundial.

As primeiras excursões brancas foram espanholas. Vicente Pinzón, em 1500, navegou pelo delta do Amazonas. Alguns anos depois, segundo Soublin (2003), outro espanhol navegou pelos rios Pará e Tocantins. Reis (1993) assinala diversas expedições portuguesas que, partindo de Pernambuco, alcançaram as costas do Amapá nos primeiros anos do século XVI. Os donatários das capitanias do norte – João de Barros, Fernão Álvares e Aires da Cunha – enviaram uma frota para tomar posse da região. O naufrágio de Aires, em 1536, e o fracasso da expedição, bem como o naufrágio de uma segunda expedição comandada por Luís de Melo, em 1539, afastaram os portugueses até o final do século XVI.

A primeira viagem que percorre o Amazonas o faz da cabeceira para a foz. Pois, com a conquista do Peru por Pizarro, Quito transformara-se em centro de atração de aventureiros espanhóis. Em 1537, Pizarro envia uma expedição além dos Andes para explorar a região amazônica. Parte do grupo alcança Tefé e entra em contacto com os machiparos. Também encontra 15 mil andarilhos tupis que se deslocavam do Atlântico para o oeste há uma geração.

Em 1539, Gonzalo Pizarro, sobrinho do conquistador do Peru, comandou outra expedição. A cerca de 500 quilômetros de Quito, Orellana se incorporou à aventura. Ao contrário do comandante, que refugou diante dos obstáculos, no Natal de 1541 ele iniciou a descida rumo ao Atlântico. Nessa viagem, Orellana recolheu narrativas que criaram a lenda das amazonas, e o monge dominicano Gaspar de Carvajal escreveu o primeiro relato sobre a região, registrando a existência de grandes agrupamentos humanos. Em julho de 1542, finalmente, eles chegaram ao mar, completando pela primeira vez a navegação do rio Amazonas.

Para os espanhóis, a prata de Potosi, nesse momento, era a grande atração e eclipsava o apelo do grande rio. Apesar disso, ainda haveria mais uma grande aventura. Em 1549, trezentos índios tupis, sobreviventes daqueles estranhos andarilhos, chegaram à franja dos Andes, provando que existia um caminho a ser percorrido. A defesa de Quito tornava importante o controle dessa rota. Além disso, a lenda do “El Dorado”, que começava a difundir-se na região, também atuava para incentivar novas expedições.

Em 1560, a última grande expedição desceu o Amazonas, comandada por Aguirre, que traiu e sucedeu Ursúa, e morreu ao chegar à Venezuela. A partir daí, os interesses da Espanha estarão inequivocamente voltados para Potosi e os de Portugal, nesta parte do mundo, para o Brasil, que para efeitos práticos situava-se entre São Vicente (SP) e a Paraíba. A Amazônia não foi objeto de colonização ibérica no século XVI.

Inglese, holandeses e franceses, contestando o Tratado de Tordesilhas, freqüentaram a área e, no final do século XVI, estabeleceram os primeiros entrepostos militares e comerciais. As “drogas do sertão” – cacau, cravo, copaíba e manteiga de tartaruga, entre outras – atraíam os aventureiros, que contavam com apoio velado dos governos. As três Guianas testemunham o interesse nessa ocupação.

Reis (1960), em trabalho clássico, descreve inúmeros núcleos e entrepostos comerciais criados por ingleses e holandeses na bacia amazônica, no Xingu, no Tapajós e no delta amazônico, assim como no Amapá. Também atraídos por especiarias valiosas, os franceses freqüentaram a região e estabeleceram uma colônia no Maranhão, chamada Saint-Louis.

A geografia ajudava os invasores. A navegação à vela entre Recife e a foz do Amazonas é extremamente problemática. Os constantes ventos no sentido leste-oeste e as correntes marítimas empurram os barcos para o Caribe e tornam a viagem extremamente perigosa a partir do litoral do Piauí, onde passam predominar águas litorâneas rasas,

que obrigam o distanciamento da costa. Para aumentar as dificuldades, existe um perigoso parcel, que se transformou em um cemitério de navios, localizado em alto-mar a 180 quilômetros ao norte de São Luís. No sentido oeste-leste, essas condições impedem que os barcos naveguem contra o vento. É mais rápido e mais seguro viajar para a Europa do que para Recife ou Salvador.

Os portugueses

Só quando os franceses estabeleceram a colônia da França Equinocial, na ilha de São Luís, é que os portugueses tomaram a iniciativa de conquistar aquele território. Depois de expulsarem os franceses, em 1615, começaram ocupar a Amazônia com a fundação de Belém, em janeiro de 1616. Primeiro venceram os tupinambás nessa região, e então começaram a guerrear os estrangeiros, em 1623, ao longo do Baixo Amazonas. Em 1625, Pedro Teixeira derrotou holandeses e ingleses no Xingu. Nas duas décadas que se seguiram, os portugueses colheram sucessivas vitórias. A última cidadela foi conquistada em 1648 na região de Macapá.

Após a conquista das posições localizadas ao longo da calha amazônica iniciou-se um ciclo de exploração das riquezas do lugar. Entraram em cena sertanistas para escravizar indígenas e colher “drogas do sertão”. Não estavam sozinhos. Os religiosos, atrás de almas, também subiam os rios e, em um momento seguinte, promoviam as “descidas” dos índios para novas aldeias localizadas perto dos núcleos coloniais. Portugal também organizava investidas rio acima. Os portugueses alcançaram Quito e, antes de findar o século XVII, percorreram todos os afluentes de ambas as margens do Amazonas, desenhando o contorno das futuras fronteiras de um país que se chamaria Brasil. No final desse período, as nascentes dos rios das bacias do Paraná, Paraguai e São Francisco já tinha sido alcançadas por sertanistas que partiram do Grão-Pará (Gadelha, 2002). Em outro sentido, Raposo Tavares, partin-

do de São Paulo, pelo Guaporé e o Madeira chegou em Gurupá, quase na foz do Amazonas (Soublin, 2003). Todas as explorações sinalizaram o eixo de integração da Amazônia ao Brasil, que seria consolidada, de fato, três séculos depois.

Pois nos primeiros três séculos, Portugal, submetendo-se à geografia, não integrou a administração da Amazônia à do Brasil. A conquista efetiva, que começou com a vitória sobre os franceses, em São Luís, desdobrou-se na implantação do Estado do Maranhão, que se tornou efetivo em 1626, com a posse do primeiro governador-geral. Belém ficou sendo a sede da capitania do Pará, que se reportava a São Luís, capital do novo Estado, que compreendia terras que iam do Ceará até a Amazônia. Entre 1641 e 1644, os holandeses invadiram o Maranhão, num movimento paralelo ao que estava ocorrendo no Estado do Brasil.

Entre 1652 e 1654, as duas capitanias – Pará e Maranhão – regressaram momentaneamente ao Estado do Brasil. O restabelecimento da autonomia veio com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que manteve São Luís como capital. Em 1751, Belém se tornou a capital do Estado, cujo nome mudou para Estado do Grão-Pará e Maranhão. Cerca de duas décadas depois, em 1772, o Maranhão e o Grão-Pará se tornaram independentes entre si, mantendo-se ligados a Portugal.

Além das estruturas políticas – capitanias e Estados, conselhos municipais e auditores –, Portugal criou outros instrumentos para administrar a região. Em 1682, fundou a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará para explorar o monopólio metropolitano, o que provocou a revolta de Beckman. Apesar da repressão vitoriosa que se abateu sobre os insurgentes, a revolta resultou em alguma flexibilidade. No século XVIII, Pombal criou a Companhia Geral de Comércio, independente das companhias brasileiras.

Como veremos, essa independência e a não-integração política, econômica e geográfica da região com o Brasil marcaram o processo de formação do Estado nacional brasileiro e da Amazônia brasileira. O

amálgama só ocorreu no Império. Nunca é demais lembrar que, até o século XX, praticamente inexistiam estradas na Amazônia e de lá não se alcançava por terra os territórios do antigo Estado do Brasil.

Além de Lisboa, com sua burocracia e ordenações, a Igreja foi uma estrela de primeira grandeza no processo de desenvolvimento da região, na fundação das cidades e no desenho da sociedade civil. No século XVII, ela desempenhou um papel crucial na ocupação da Amazônia. Inicialmente, ainda sob a União Ibérica, os franciscanos atraíram os índios até as cercanias de Belém. A catequese que motivava os religiosos não evitou a exploração do trabalho indígena por parte dos colonos. Além disto, mostrou aos portugueses que, à semelhança do que ocorria no Brasil, o indígena poderia ser aprisionado por meio de expedições particulares, denominadas “entradas”.

Com o fim da União Ibérica, os jesuítas assumiram papel destacado na fundação de missões no Baixo Amazonas e, a partir de 1661, fundaram novas missões em regiões mais remotas. Com o afastamento da sede do governo – São Luís – e com uma incipiente economia missionária auto-suficiente, estruturada com a mão-de-obra indígena, não é improvável que os jesuítas tenham sonhado com uma província independente, diretamente vassala do rei.

No final do século XVII, por causa do processo de demarcação das fronteiras, a presença do Estado português começou a prevalecer na ocupação da região. Uma sucessão de contenciosos delineou as fronteiras que foram herdadas pelo Brasil. Com os franceses disputou-se o Amapá; travou-se uma guerra contra os índios que participavam da rede comercial holandesa (os holandeses não queriam terra, mas sim comércio).

As discussões com os espanhóis estenderam-se por dezenas de anos. As fronteiras só foram estabilizadas pelos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), pela construção de fortes fronteiriços e pela política de Pombal, que destruiu a economia missionária, expulsou os

jesuítas, extinguiu a escravidão indígena e fundou uma companhia de comércio. Curiosa a História. Os portugueses só conseguiram os territórios da fronteira por causa das missões religiosas, jesuíticas inclusive, que foram usadas para justificar o *uti possidetis*, e, apesar disso, expulsaram os jesuítas em 1759.

A verdade é que a partir de 1751, com a fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão e com o estabelecimento de Belém como capital, o Marquês de Pombal nomeou seu irmão Xavier de Mendonça Furtado como governador, com a missão de executar a política pombalina que definiu novos rumos para a Amazônia. A Igreja – que, até então, desempenhara um papel central na ocupação da Colônia – cedeu a liderança a um agressivo mercantilismo estatal.

A criação da capitania do Rio Negro em 1757, as atividades de demarcação de fronteiras, as reformas econômicas, ainda com governos diretamente ligados a Portugal, impulsionaram o desenvolvimento da região: cordoaria, construção naval, criação de gado, agricultura etc. O desenvolvimento foi impulsionado também pela chegada de uma nova leva de colonos oriundos da colônia de Mazagão. A criação do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, em 1772, refletiu as transformações dessa época.

Desenhou-se um quadro social de grande complexidade. O fim das missões, a política pombalina de incentivo à mestiçagem e o controle da mão-de-obra pelo Estado deram origem a uma sociedade cabocla, ribeirinha, dirigida por uma elite que começava a utilizar o escravo africano, principalmente para substituir o extrativismo do cacau pela agricultura. Missões transformadas em vilas, com privilégios e instituições de gestão; uma economia urbana introduzindo relações mercantis, monetárias (em 1752 foi criada uma moeda no Pará); uma burguesia local com interesses próprios; negros – escravos, alforriados e quilombolas –, caboclos e indígenas com diferentes graus de aculturação.

Uma parte da população livre – de origem, liberta ou fugida – vivia

do extrativismo e de uma agricultura de subsistência em comunidades ribeirinhas e interioranas. Essa população miscigenada, refratária ao trabalho compulsório, resistia ao recrutamento organizado pela administração pombalina que pretendia substituir a escravidão indígena e o trabalho missionário. Esse era o panorama da sociedade amazônica na passagem do século XVIII ao XIX.

A Amazônia brasileira

As guerras napoleônicas impuseram a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Conseqüentemente, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro passou a subordinar-se ao governo sediado no Rio de Janeiro. As histórias amazônica e brasileira, então, se entrelaçaram.

O processo de independência, com suas manifestações regionais e com o conjunto de revoltas e revoluções nas diferentes províncias, revelou a complexidade do processo de formação da nação e do Estado brasileiro. Nossa independência, conduzida pelo herdeiro da Coroa portuguesa, permite inúmeras interpretações. Não devemos esquecer que uma das motivações do Ipiranga foi a pressão da elite portuguesa para restabelecer as relações coloniais. Por outro lado, a forma imperial (e monárquica) da independência, vista a partir das províncias, não explicitava a nova condição política da nação. A reação das elites brasileiras e dos portugueses não foi uniforme nas diferentes províncias.

No caso da Amazônia, o processo de independência apresentou toda aquela complexidade. Até então, a elite dirigente, nomeada pela Corte do Rio de Janeiro, tinha preferência por manter-se vinculada a Portugal. Mesmo os que desejavam cortar os laços com a metrópole portuguesa não se alinhavam, sem reservas, com o novo imperador. Uma tentativa de aderir ao Império em abril de 1823 foi esmagada pelo governo provincial. Só em agosto, por causa das pressões militares de mercenários ingleses, a elite favorável a Portugal aderiu ao Brasil. Como

recompensa, manteve a função dirigente, constituindo uma facção conservadora que manteve os nacionalistas longe do poder.

Mas essa ordem conservadora só foi consolidada após quase vinte anos de revoltas e repressões. Já em outubro de 1823 estourou uma revolta popular que foi abafada pela intervenção militar de Grenfell, o mesmo inglês que tinha anexado a Amazônia ao Império. Nos dez anos seguintes, a polarização aumentou e tornou mais complexa a luta política que apresentava aspectos sociais e regionais – a província de Rio Negro tinha sido anexada ao Pará –, abrindo espaço para a participação popular que desaguou numa das mais importantes revoltas populares da história brasileira, a Cabanagem.

Nas palavras de Reis (1985), a Cabanagem foi “a revolução dos que não tinham contra os que tinham”. Corolário de um tumultuado processo de independência e anexação ao Império, a revolta foi deflagrada em 1835 e durou até 1840. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas perderam a vida. Para que se possa dimensionar isso, basta lembrar que a população do Pará, em 1819, era de aproximadamente 80 mil pessoas (Reis, 1985).

Definida a anexação da Amazônia ao Império e imposta a paz, depois desse admirável preço em sangue pago pela população amazônica, a região entrou em compasso de espera. Em 1850, foi criada a Província do Amazonas, tendo Manaus por capital. O Império, mais por razões geopolíticas do que econômicas, induziu o Barão de Mauá a criar uma companhia de navios a vapor. Depois, abriu o rio Amazonas à navegação estrangeira. Naquele momento, as pressões internacionais não chegaram a ameaçar a soberania brasileira na região.

A mesmice e relativa estagnação da economia amazônica em meados do século XIX só foram quebradas pela crescente demanda de borracha causada pela Revolução Industrial. Na época, a Amazônia era o único lugar do planeta que poderia atender ao dinâmico mercado nascente, pois só lá existiam seringueiras em quantidade suficiente

para sustentar uma exploração em grande escala. Mas a existência da Hevea era apenas uma das condições para o estabelecimento do ciclo da borracha. Era necessário atrair capitais e mão-de-obra, que vieram em abundância. Do Nordeste migraram 300 mil “cearenses” entre 1860 e 1910; os capitais vieram dos fornecedores de produtos industrializados que eram consumidos nos seringais.

A forma como todos esses elementos se combinaram para organizar um sistema produtivo que, durante cinquenta anos, alimentou a explosiva demanda de borracha do mundo industrial é bastante interessante. No ciclo da borracha aparecem, combinados, dois aspectos aparentemente contraditórios. O primeiro é a importância crescente que a borracha teve como insumo industrial para a economia moderna; as indústrias automobilística e de eletrodomésticos não existiriam sem ela, nem, conseqüentemente, o estilo de vida moderno. O segundo aspecto, quase sempre despercebido, refere-se ao fato de que toda a produção da borracha, que sustentou os padrões modernos de produção e de vida, foi baseada em relações de produção e exploração extremamente atrasadas e primitivas. Em síntese, uma moderna acumulação capitalista baseou-se na velha acumulação primitiva mercantil, uma perversa simbiose entre a modernidade e o atraso.

A cadeia produtiva-mercantil apresenta, esquematicamente, quatro elos organizados hierarquicamente. Na base, encontramos o seringueiro e assemelhados, o mateiro, o toqueiro e até mesmo o capanga ou jagunço. Acima deles, temos o patrão ou seringalista. É o proprietário da terra, na maioria das vezes roubada dos índios, e da infra-estrutura, portos e armazéns, chamados barracões, com o sistema de contas fraudulentas e créditos extorsivos, e centros de contato com o mundo exterior. Compravam-se ali, sempre a crédito, bugigangas, armas, bebidas e, às vezes, mulheres.

Nas grandes cidades, Manaus e Belém, encontramos o aviador, elo essencial que financiava a atividade extrativista, adiantando os recursos

ao patrão e abastecendo o barracão com as mercadorias, quase sempre importadas. Seus barcos abasteciam os seringais e transportavam a borracha para as cidades. O último elo se ocupava das atividades de exportação. Eram os estrangeiros que faziam a conexão com o mercado internacional. Atuavam como corretores, não arriscavam capital nem possuíam grandes ativos fixos.

Esse sistema foi capaz de criar, em poucas décadas, duas grandes cidades em plena selva amazônica. A arquitetura *art nouveau* dos casarões e palacetes, as praças e os conhecidos teatros de Manaus e Belém materializam o extraordinário enriquecimento que a borracha proporcionou entre 1860 e 1910. Estima-se que a renda *per capita* tenha quadruplicado nesse período. Mas a miséria que atingia grande parcela da população não foi modificada pela riqueza e a prosperidade da borracha.

Foi uma época de grande imigração para a região amazônica. A população cresceu a taxas superiores às do país. Não só a ostentação arquitetônica e o consumo desmedido dos novos ricos, freqüentadores de cabarés e consumidores de artigos luxo, absorviam a riqueza da borracha. Institutos de pesquisas e museus deram origem a núcleos que começaram a estudar a região. Também se consolidaram as fronteiras. A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa foi fixada e, no extremo oeste, o Acre foi anexado ao Brasil; como consequência do acordo com a Bolívia, a estrada de ferro Madeira-Mamoré foi construída.

Da mesma maneira repentina que como começou, o ciclo da borracha terminou. No início do século XX, sementes de seringueiras foram contrabandeadas para a Malásia. Com a concorrência asiática, os preços despencaram, provocando falências e reduzindo o número de aviadores e exportadores. A exuberância do ciclo da borracha chegou ao fim.

A Amazônia estava diferente. Duas grandes cidades estruturavam a vida econômica e política regional. A economia extrativista, em estado de semi-hibernação, continuava operando. A maioria da população, que

não tinha sido beneficiada pela riqueza, manteve um padrão de vida miserável. Durante décadas, a estagnação foi a marca característica da região. Na década de 1940, o esforço de guerra que levou o governo brasileiro a incentivar a produção da borracha não conseguiu resultados expressivos. Mas sinalizou o início de uma mudança de atitude por parte do governo federal, consciente de que sua ação seria fundamental para o desenvolvimento da Amazônia.

Na década de 1950, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi criada. Apesar dos escassos recursos, começou a elaborar estudos e planos que, combinados com a abertura da Belém-Brasília, deram início a um novo ciclo de desenvolvimento da região. Na década de 1960, veio a implantação de grandes projetos de mineração e energia, dos projetos industriais da Zona Franca, de projetos agropecuários e madeireiros.

A Amazônia foi definitivamente integrada ao restante do território brasileiro por de uma rede de estradas de rodagem. Mas, como no passado, os frutos desse desenvolvimento passaram ao largo das populações amazônicas. E os efeitos deletérios do modelo, que perdura até os dias atuais, não ficaram restritos apenas aos aspectos sociais. A desestruturação das comunidades tradicionais tapuias, quilombolas, indígenas e extrativistas ocorreu em simbiose com concentração fundiária, desmatamento, poluição industrial e urbanização desorganizada.

A Amazônia hoje

Dessa fantástica história resultou uma Amazônia complexa, cheia de potencialidades e problemas. Já tratamos de alguns desses aspectos, principalmente os naturais, em capítulo anterior. Agora, devemos olhar mais de perto a população, cuja primeira característica evidente é a diversidade étnica e econômica.

Há populações indígenas – a maior parte dos índios brasileiros ha-

bita na Amazônia – e caboclos residentes em pequenas comunidades ribeirinhas ou quilombos, vivendo do extrativismo da seringa, da castanha, da madeira, dos óleos e essências, da pesca artesanal e da caça. Vivem nesses pequenos núcleos dispersos no imenso território, em diferentes graus de isolamento, consumindo ordinariamente produtos da floresta, da roça e do artesanato nativo, ao lado de produtos industriais comprados com a pouca renda monetária gerada pela produção tradicional. A aposentadoria rural e os programas de complementação de renda, quando efetivos, desempenham um papel fundamental na estratégia de sobrevivência dessa gente.

Contrastando com essa paisagem anacrônica e exótica, encontramos, uma nova realidade além de Belém, Manaus e das médias cidades herdadas da colonização e do ciclo da borracha. Os últimos cinquenta anos presenciaram uma explosão urbana que deu origem a uma vigorosa e nova rede de cidades que mudaram a paisagem da região. As antigas grandes cidades ganharam novas funções. Manaus, por exemplo, passou do grande entreposto comercial da época da borracha para a posição de uma moderna cidade industrial – ali encontramos a Zona Franca – e de serviços financeiros, de comunicações, educacionais, de saúde etc. Belém seguiu o mesmo caminho, transformando-se em um grande centro financeiro e administrativo. O Banco da Amazônia (Basa) e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (Ada), que substituiu a Sudam, estão sediados ali, e nas cercanias da cidade encontramos modernas indústrias metalúrgicas. Também na cidade se localizam universidades, institutos de pesquisas e um moderno setor terciário. A ligação rodoviária com o Centro-Sul permitiu que Belém irradiasse sua influência para o Amapá, o Maranhão, o Tocantins e até o norte de Mato Grosso.

Cidades médias surgiram ou cresceram na região, acompanhando os grandes projetos hidroelétricos, a mineração e a rede de rodovias, que, começando com a Belém-Brasília da época de Juscelino Kubitschek, teve grande desenvolvimento nos governos militares. O complexo

de Carajás, ligado a uma moderna ferrovia, dotou a região de um porto de grande capacidade, localizado em São Luís.

A rede viária abriu a fronteira agrícola com os conhecidos impactos ambientais e fundiários: desmatamentos, queimadas, grilagem e violência. Mas também propiciou criação de riquezas e atração de investimentos para um conjunto de cidades que se desenvolveram nesse processo, como que surgindo do nada. Junto da Transamazônica, temos Altamira, Placas, Apuí, Marabá. No eixo da Belém-Brasília encontramos Araguaína, Conceição do Araguaia, Imperatriz. Rondônia, que no início do século XX era um território inatingível a partir de Mato Grosso – basta lembrar a epopéia de Rondon –, com a abertura da BR-364 ganhou um rosário de cidades entre Vilhena e Porto Velho. Por isso, a Amazônia é a única região do país onde cresce a população que vive em cidades com menos de 100 mil habitantes. O adensamento populacional ocorre nos municípios de fronteira agrícola do arco do fogo, que, não por acaso, coincide com o arco do povoamento.

**Evolução da população da Amazônia Legal e
Unidades da Federação selecionadas.**

	1777/88	1808	1872	1920	1960	2000
AMAZONAS	12.058	96.000 ¹	57.610	363.166	708.459	2.812.557
PARÁ	57.666	...	275.237	982.507	1.529.293	6.192.307
AMAZÔNIA²	199.220	296.422	914.299	3.070.920	7.834.057	21.056.532

Fonte: IBGE, *Estatísticas históricas do Brasil*, 1987. Censo Demográfico, 2000.

(1) A população do Pará foi somada com a do Amazonas.

(2) Os dados referentes à Amazônia Legal são uma aproximação; foram estimados com a soma das regiões Norte e Centro-Oeste, mais o Maranhão.

(3) Não dispomos de informações para os dois primeiros séculos de colonização.

Os dados disponíveis revelam a dinâmica demográfica no longo prazo. Após o período de ocupação, no qual a economia se estruturou explorando as “drogas do sertão” e o cacau, a população cresceu acompanhando os ciclos da borracha e do desenvolvimentismo.

Pena que esse desenvolvimento seja perverso e desigual. Social e ambientalmente, os custos são elevados e crescentes. Em todos os ciclos prevaleceu uma combinação de riqueza e miséria que destrói o tecido social e enfraquece o poder nacional, o que se torna mais grave em um momento em que as pressões internacionais se intensificam. Do ponto de vista ambiental, os impactos escandalosos corroboram a versão de que o país age de forma irresponsável e incompetente. A opinião pública aceita de forma acrítica a miragem de um desenvolvimento chamado sustentável, mas que muitas vezes esconde um projeto de conservador e potencialmente imperialista.

V

A soberania brasileira ameaçada

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.”

François Mitterrand,
presidente da França, 1989.

Considerações básicas

Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos assumiram a posição de única superpotência. A soberania das nações ficou ameaçada por uma política agressiva, associada a um processo avassalador e assimétrico de globalização econômica e cultural: poucos globalizam e muitos são globalizados.

O meio ambiente se transformou em uma das principais questões das relações internacionais. Há uma preocupação mundial em criar mecanismos regulatórios de preservação e controle das ações ambientais que extrapolem as fronteiras nacionais. Uma das preocupações é a concentração de gás carbônico na atmosfera, proveniente da queima de combustíveis fósseis e de biomassa, que provoca o efeito estufa, causador do aquecimento global. As queimadas no Brasil são motivos de críticas e protestos internacionais.

Nas últimas décadas, houve grande aumento da área devastada na floresta amazônica, particularmente na região conhecida como “arco do

desmatamento” ou “arco do fogo”, nos estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Começou uma cruzada preservacionista. A recusa dos Estados Unidos em aderir ao protocolo de Quioto não nos serve de álibi.

Em defesa do meio ambiente, das comunidades indígenas e de populações carentes, instalaram-se pelo mundo afora organizações não-governamentais (ONGs), algumas com sinceros objetivos humanitários e de proteção ambiental, outras com atividades subordinadas aos interesses dos seus países de origem, que financiam os projetos.

No Brasil, a criação de uma consciência coletiva da população sobre a preservação e o desenvolvimento da Amazônia aumentou o espaço e a liberdade de ação de ONGs que defendem a intocabilidade da Amazônia. Elas criam sucessivos entraves ao desenvolvimento e à integração da região ao resto país e – o que merece uma discussão filosófica – defendem uma mentalidade infensa ao progresso e à modernidade.

Como principais causadores da degradação do meio ambiente da região, o movimento ecologista aponta: a ação das mineradoras, os garimpos de ouro, a extração de madeira, o avanço da fronteira agrícola, a implantação de novas estradas, ferrovias e hidrovias, o surgimento de novas concentrações populacionais e o crescimento das áreas urbanas já existentes. A partir daí, muitas vezes generalizam-se as críticas, difundindo a idéia de que toda ação voltada para desenvolver e integrar a região é maléfica.

Todos os fatores acima, de fato, agridem o ecossistema. Além disso, há evidências de que impactos ambientais excedentes são fatores de custo, que não estão sendo contabilizados, mas pesam sobre o funcionamento da economia. Mas é perfeitamente possível desenvolver a região sem causar impactos ambientais desnecessários.

Não podemos nem precisamos abandonar a idéia de desenvolvimento. Nem devemos, por outro lado, defender o desenvolvimento feito a qualquer custo ambiental, como se ele fosse um exercício legítimo de

soberania. Como mencionamos, no debate atual há uma falsa oposição entre o desenvolvimentismo conservador e o conservadorismo ambientalista. Os dois nos levam ao mesmo lugar: uma Amazônia deserta de brasileiros, os quais têm o direito de usufruir as riquezas de uma região que constitui o passaporte para um futuro melhor para as novas gerações.

O Brasil tem todas as condições para definir um projeto racional de desenvolvimento, ocupar e desfrutar as riquezas da região. Não é necessário abrir mão da nossa soberania para realizar uma ocupação inteligente, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Ao contrário: essa é a forma de neutralizarmos as pressões internacionais que se escondem por trás de certos discursos. Sob o argumento de que o governo brasileiro é relapso diante de uma iminente tragédia ambiental e incapaz de frear queimadas e desmatamentos, aumentam as pressões.

Por seu potencial biológico e mineral, a Amazônia tem sido vista como reserva estratégica mundial. Pressões econômicas e ataques políticos são freqüentes. As riquezas da região, mais do que as preocupações ecológicas, levam os países desenvolvidos a contestar nossa soberania, sob o pretexto de proteger o interesse coletivo e preservar o meio ambiente, evitando o desflorestamento e as alterações climáticas e meteorológicas. Não é descabido pensarmos que essa posição pode radicalizar-se e desdobrar-se, inclusive, em intervenções militares.

No atual contexto geopolítico, há vários vetores de internacionalização da Amazônia. Vamos analisá-los de perto.

Meio ambiente

No imaginário do mundo contemporâneo, a questão ambiental é das mais polêmicas e abrangentes. O problema se torna cada vez mais urgente e ameaçador – as catástrofes climáticas saíram dos filmes de ficção para os telejornais –, de modo que a reflexão sobre o tema, as discussões e as lutas ideológicas ganharam espaço na opinião pública mundial.

Hoje, a politização da natureza é uma invenção contraposta à politização da economia, que prosperou nas três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. [Naquele contexto], a descolonização e a idéia de desenvolvimento colocavam no centro da discussão mundial a soberania do Estado nacional coordenando o esforço de construção do futuro. Hoje, a anterior centralidade do desenvolvimento foi substituída nos foros internacionais pela preocupação com o meio ambiente. (...) O clássico princípio da soberania dos Estados nacionais em relação aos recursos naturais do respectivo território, consagrado pelo direito internacional, está sendo erodido. A politização da natureza assume que a irresponsabilidade de um Estado Nacional em relação ao meio ambiente põe sob risco a sobrevivência da humanidade. (Lessa, 2001)

A Amazônia ocupa um lugar de crescente destaque nessa “politização da natureza”. A partir de reais problemas ambientais, relacionados com a forma de ocupação da região nos últimos cinquenta anos, construiu-se uma polêmica maniqueísta que, cada vez mais, constitui um obstáculo à exploração racional e sustentável. Duas posições interditam a evolução do debate.

Numa delas, o sentido da opinião é inequívoco: o Brasil é incompetente para administrar a Amazônia e esta, em última instância, é um patrimônio da humanidade. A citação que abre este capítulo ilustra a tese. Vejamos outros exemplos:

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles mas de todos nós” (Al Gore, senador e ex-vice-presidente dos Estados Unidos, 1989). “A destruição da Amazônia

seria a destruição do mundo” (Parlamento Italiano, 1989). “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes” (Mikhail Gorbachev, presidente da então União Soviética, 1992). “A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países (amazônicos) é meramente circunstancial” (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, Genebra, 1992). (Fernandes, 2004)

A outra posição justifica o erro como uma estratégia de ocupação e de defesa da soberania. Percebe as críticas, apenas, como artifícios geopolíticos para perfurar nossa soberania. No intuito de defender o território, defende a ocupação predadora e antieconômica que nos levará mais poluição, degradação ambiental e miséria, na melhor das hipóteses. Pois, numa hipótese pessimista, tal ocupação irracional poderá “justificar” uma intervenção internacional no território.

A Agenda 21, aprovada pela conferência Rio 92, além de priorizar a idéia de desenvolvimento sustentável como norteadora das políticas de desenvolvimento, reflete a preocupação mundial em criar mecanismos regulatórios de preservação e controle das ações ambientais. Diversos organismos internacionais começaram a apoiar ativamente o combate à degradação ambiental, que, junto com o combate à pobreza, passou a ser um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável. A partir das preocupações ambientais com o aquecimento global, implementou-se um conjunto de medidas e políticas. Quase todas, de alguma forma, arranham a soberania dos diferentes países, pois um problema global pressupõe soluções internacionais.

O Protocolo de Quioto, a aceitação de direitos de propriedade sobre os conhecimentos dos povos tradicionais, o estabelecimento de diferentes tipos de áreas de conservação e de reservas indígenas, tudo

isso são novas formas, às vezes internacionais, de regular o território, atingindo ou limitando a soberania nacional. Muitas vezes, as regras são incorporadas à nossa legislação, mas isso não elide o fato de que elas podem determinar ações segundo interesses geopolíticos externos.

A defesa do meio ambiente, das comunidades indígenas e de populações carentes deu origem a um movimento internacional que, ora manejado explicitamente pelas potências como instrumentos de geopolítica, ora tratado por instituições não estatais, cerceia a ação dos Estados e enfraquece o exercício da soberania em áreas estratégicas para os projetos nacionais de desenvolvimento. Com a justificativa de que a questão ambiental é mundial, recursos dos países do G-7 têm sido destinados aos países do Terceiro Mundo para apoiar projetos que interessam as potências. Grupos de trabalho transnacionais e consultores internacionais dirigem a aplicação de recursos dentro de órgãos governamentais dos países hospedeiros, descartando-se qualquer ângulo nacional no tratamento das questões.

Buscar um ponto de vista nacional não quer dizer, evidentemente, defender um direito soberano à destruição ambiental. Colocar o problema dessa forma é dar um passo para torná-lo insolúvel. Já mencionamos que uma exploração racional dos recursos da Amazônia é possível e desejável. A verdadeira questão, aqui, é não deixarmos a problemática ambiental ser definida a partir de interesses geopolíticos de outros países. A questão do desenvolvimento sustentável será discutida com mais atenção adiante.

Organizações não-governamentais

O crescimento e a importância que as ONGs estão assumindo são um fenômeno recente. No contexto de um movimento neoliberal, em que o Estado é demonizado, essas entidades se apresentam como dotadas de um caráter público não-estatal. No Hemisfério Norte, seu caráter contestatório é marcante e funda uma “nova política” calcada em novas questões. No resto do mundo seu papel é diferente: buscam substituir o Estado, que foi e ainda é pouco público e pouco democrático. Aqui, o discurso neoliberal tem aparente aderência. É, por excelência, o território das ONGs. Elas buscam recursos públicos e internacionais e, muitas vezes, com apoio dos organismos internacionais de financiamento, desenvolvem atividades paraestatais.

O aparente caráter público dessas entidades esconde uma natureza, muitas vezes, essencialmente privada. Elas são associações voluntárias de pessoas, que definem suas próprias regras, objetivos e comportamento. Constituem-se à margem de qualquer controle público. As regras não permitem a troca de gestores nem o controle dos usuários sobre os serviços prestados. Em 1999, a lei 9.790 criou uma figura nova, as Oscip. Assim, as ONGs ganharam uma roupagem adequada para prestar serviços ao Estado e receber recursos públicos, com remuneração de seus dirigentes. Seus vícios naturais não se transformam em virtudes.

Ao contrário dos serviços públicos, nos quais a pessoa se apresenta como cidadão – portanto, como detentor de direitos –, nas ONGs, quando muito, os beneficiários são pacientes bem tratados. As entidades realizam atividades sem nenhum controle público; recebem verbas públicas e as aplicam como entes privados; não são obrigadas a licitar compras; contratam serviços e pessoal sem transparência, sem a obrigação de prestar contas sobre os gastos que realizam. Além dos recursos do governo brasileiro, normalmente recebem recursos também de governos estrangeiros, de organismos internacionais e de empresas multinacionais.

Na Amazônia, a partir da década de 1990, dois fatores atuaram para dar grande força e penetração às ONGs. O primeiro deles, que vem dos primeiros tempos da ocupação, ainda no período colonial, se refere à natureza das instituições estatais naquela região. Elas nunca tiveram caráter público. Nos três níveis – municipal, estadual e federal –, bem como nos três poderes, a apropriação das instituições públicas pelas elites ocorreu sem nenhuma limitação. Com exceção da Cabanagem, movimento popular que se espalhou por toda Amazônia na primeira metade do século XIX, os demais movimentos e enfrentamentos sociais foram dispersos e localizados.

A própria forma de ocupação do interior amazônico, ao longo dos rios, não deu origem a espaços públicos. Os rios eram a única via de contato com o resto do país. O dono do barco dominava o transporte, o comércio e, por meio deste, a produção. As instituições republicanas foram construídas a partir dessa base. Não é de se espantar que se tenha desenvolvido um conjunto de instituições essencialmente privadas e voltadas para a acumulação também privada, num tecido antidemocrático e complacente com a ilegalidade e, às vezes, com o crime.

O segundo fator relacionado à proliferação das ONGs está associado à supervalorização, pela Constituição, das questões ambiental e indígena, bem como a uma nova forma de implementação de políticas públicas, com incentivo do Banco Mundial e outros organismos internacionais, que passaram a privilegiar a parceria com essas entidades, evitando a execução das atividades pelo Estado. Essas organizações atuam como intermediárias entre a população e as instituições estatais.

A forma como a mídia, inclusive a brasileira, tem tratado a Amazônia atua no sentido de excitar a opinião pública nacional e imobilizar o poder público. Qualquer medida que aparente ser nociva ao meio ambiente e às populações indígenas é intempestivamente execrada. Esse tratamento emocional consegue explorar, junto à comunida-

de mundial, a inépcia do governo brasileiro em definir um projeto de desenvolvimento para a região.

Apesar de obterem recursos do governo brasileiro, muitas ONGs são instrumentos que defendem interesses divergentes dos nacionais, voltados a alguma forma de intervenção internacional na Amazônia. É necessário realizar-se um debate que esclareça os legítimos interesses brasileiros e o papel dos diferentes atores. Todos eles, governamentais e não-governamentais, precisam submeter-se a controles.

Narcotráfico

O narcotráfico é o mais incontrolável dos atores presentes no cenário amazônico e um dos principais problemas do mundo contemporâneo. Seu poder financeiro corrói as instituições, coopta populações, perverte valores e produz uma globalização criminosa que afeta as nações e distorce as relações internacionais.

A utilização do narcotráfico para fins políticos e de dominação é antiga. O uso da aguardente no tráfico negreiro e a Guerra do Ópio são dois exemplos numa coleção quase inumerável. Em tempos mais recentes, alguns escândalos envolvendo serviços de inteligência, contrabando de armas e drogas foram estampados nas primeiras páginas dos jornais.

O poder do narcotráfico não pode ser superestimado: é um dos maiores negócios do mundo. Num mundo de negócios, ele se torna atraente, apesar das restrições ético-legais. A cumplicidade do sistema financeiro internacional na circulação e lavagem do narcodindeiro também não deve ser ignorada. Apesar do estigma de atividade criminosa, seus bilhões ou trilhões – os números são fantásticos – passam por bancos de todo o mundo e submetidos a todos os controles.

O crescimento do narcotráfico ameaça os Estados nacionais dotados de frágil arcabouço institucional. A possibilidade de estabeleci-

mento de narco-estados, ou estados narcotraficantes, já foi ensaiada em várias oportunidades. A promiscuidade entre o crime e a política, a corrupção, a impunidade e a inexplicável desregulamentação financeira atuam como caldo de cultura para o surgimento dessa moderna perversão político-institucional.

Na América do Sul, o narcotráfico vem se transformando em problema crítico. Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela e Brasil são países que, em diferentes graus e funções, estão se deixando enredar por essas atividades. A Amazônia, apesar de não ser o centro de produção das drogas – maconha, coca ou papoula –, é o eixo que conecta os diferentes centros, que abriga as atividades logísticas e, indiscutivelmente, uma importante rota de escoamento da droga.

As principais áreas produtoras de coca estão localizadas na borda ocidental da grande bacia de drenagem do rio Amazonas, nos altos e médios vales de seus formadores e afluentes (Huallaga, Ucayali e Apurímac, no Peru; Beni e San Miguel, na Bolívia; Putumayo, Caquetá e Uaupés, na Colômbia). (Machado: 1996)

Nas últimas décadas, o problema do narcotráfico no continente ganhou um novo e terrível ingrediente: a associação com movimentos guerrilheiros. Movimentos guerrilheiros na Colômbia e no Peru têm relações estreitas com ele. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) têm bases permanentes próximas a Letícia, na fronteira com o Brasil, junto ao rio Solimões. A guerra civil na Colômbia, que dura quatro décadas, está se espalhando para além das porosas fronteiras regionais, levando a seus cinco vizinhos um complicado caldeirão de rebeldes armados, esquadrões da morte, droga e refugiados.

Na zona fronteira amazônica, o Brasil enfrenta sérios problemas com o narcotráfico nas bacias dos rios Javari e Juruá, no Acre, e nas bacias do próprio Solimões e do Içá, no Amazonas. As embarcações regionais de carga são utilizadas para o transporte da droga. Além desse tráfico já conhecido, tem causado crescente preocupação o plantio de maconha em diversas áreas da Amazônia, especialmente onde se registra o empobrecimento de populações rurais pela falta de opções econômicas. Outro problema fomentado pelo narcotráfico é o desmatamento de grandes áreas para o plantio de coca, e a poluição dos rios, seja pelos resíduos industriais de sua atividade, seja pelos produtos químicos utilizados no combate às plantações.

A internacionalização do crime, inerente à atividade do narcotráfico, viabiliza a internacionalização da repressão, com o conseqüente enfraquecimento de um dos pilares da soberania do Estado Nacional, o monopólio da força e da lei. A cooperação internacional dá-se com uma divisão internacional do trabalho, na área de segurança, que abre espaço para um papel subalterno das instituições de segurança dos países menos desenvolvidos. A desproporção de meios entre os inimigos (Estados e organizações narcotraficantes) e entre os aliados (países ricos e pobres) atua para fragmentar um dos aspectos mais importantes da soberania na região. Em resumo, o crime e a repressão internacionalizada perfuram a soberania dos Estados nacionais na Amazônia.

Biopirataria

Ouçamos, primeiro, o Ministério do Meio Ambiente:

Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas

aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo, ainda, a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica).

Mais claramente falando, diversidade biológica, ou biodiversidade, refere-se à variedade de vida na Terra, incluindo a variedade genética dentro das populações e espécies, a variedade de espécies da flora, da fauna e de microrganismos, a variedade de funções ecológicas desempenhadas pelos organismos nos ecossistemas; e a variedade de comunidades, habitats e ecossistemas formados pelos organismos. Biodiversidade refere-se tanto ao número (riqueza) de diferentes categorias biológicas quanto à abundância relativa dessas categorias; inclui variabilidade no nível local (alfa diversidade), complementaridade biológica entre habitats (beta diversidade) e variabilidade entre paisagens (gama diversidade). Biodiversidade inclui, assim, a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos e seus componentes.

A biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas, fonte de imenso potencial de uso econômico. A biodiversidade é a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e, também, a base para a estratégica indústria da biotecnologia. As funções ecológicas desempenhadas pela biodiversidade são pouco compreendidas, embora se considere que ela seja responsável pelos processos naturais e produtos fornecidos pelos ecossistemas e espécies que susten-

tam outras formas de vida e modificam a biosfera, tornando-a apropriada e segura para a vida. Além de seu valor intrínseco, a diversidade biológica tem valor ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético. Com tamanha importância, é preciso evitar a perda da biodiversidade. (www.mma.gov.br)

A biodiversidade é um estoque de elementos vivos e suas interações, que dão suporte a todas as atividades econômicas. Cumpre um papel estratégico. Sua reprodução é essencial para a existência da vida na Terra, inclusive a vida humana.

A apropriação da biodiversidade define uma das bases do processo de acumulação. Desde que o homem, pelo trabalho, começou a diferenciar-se aceleradamente, utilizou e transformou a natureza que o cercava. Os grupos humanos mais bem-sucedidos foram aqueles que obtiveram êxito nesse processo. O conhecimento é a própria essência do processo de apropriação. A forma privada da propriedade do conhecimento ou das coisas é, apenas, consequência e reflete as condições de uma dada organização social.

A biodiversidade amazônica é riqueza potencial para um projeto de desenvolvimento sustentável diferenciado. A pressão antrópica também é variada no tempo e no espaço, e seu resultado é contraditório. Interfere no meio ambiente, eliminando espécies, afetando o clima, a topografia, o curso e o regime dos rios. Ao mesmo tempo, acumula conhecimentos – tradicionais ou cientificamente modernos –, seleciona e incentiva o desenvolvimento e o cruzamento de espécies naturais.

Estamos falando de duas coisas próximas, mas diferentes. De um lado, da biodiversidade em si – um imenso banco genético –, um elemento da natureza, dinâmico por definição, influenciado por modificações no meio ambiente ou pelas relações entre os seres vivos; de outro,

da parcela da biodiversidade apropriada pelo conhecimento humano, independentemente da existência ou da forma de proteção jurídica desse conhecimento.

Ambas podem ser objeto de biopirataria. Podem ser roubadas ou contrabandeadas as diversas formas de vida ou os conhecimentos dos diferentes grupamentos humanos sobre o uso dos recursos naturais. Essa prática não é nova na Amazônia. O caso mais emblemático, a exportação de mudas de seringueiras para a Indochina, no início do século XX, está associado ao declínio da economia da borracha na Amazônia. É uma lição para estimular o zelo por nossas riquezas naturais.

Porém, nada aprendemos. Hoje, milhares de estrangeiros estão presentes na região: pesquisadores, cientistas, religiosos, turistas, membros ou participantes de ONGs ou empregados de empresas estrangeiras. Como no caso das mudas de seringueira nativa, outrora contrabandeadas para a Ásia e que arruinaram a produção amazônica, atualmente nossas riquezas são exportadas ou contrabandeadas por brasileiros ou estrangeiros. Princípios ativos e espécies locais são retirados da selva amazônica, conhecimentos das nossas populações tradicionais são recolhidos e transformados em pesquisas sistemáticas por universidades estrangeiras e indústrias, e depois patenteados no exterior. É mais uma forma de evasão de riquezas, mais moderna e sofisticada, menos visível do que o contrabando de pedras preciosas para o exterior.

Não é fácil estabelecer uma regra para evitar a biopirataria. Esse conhecimento é coletivo, e não uma mercadoria individual que se pode comercializar como um objeto comum no mercado. Além disso, é um conhecimento difundido por inúmeras comunidades tradicionais, o que dificulta a caracterização da propriedade e daqueles que serão protegidos. Nos últimos anos, as possibilidades de exploração da biodiversidade e do seu conhecimento se multiplicaram, facilitadas pelo avanço da biotecnologia, o registro de marcas e patentes em âmbito internacional e os acordos sobre propriedade intelectual.

A legislação brasileira não inibe a biopirataria. A Medida Provisória 2.186, que regulamenta pontos da Convenção sobre Diversidade Biológica, não criminaliza essa prática, o que, em parte, explica por que o patrimônio genético brasileiro continua sofrendo constantes agressões. Além disso, o novo Código de Propriedade Industrial, lei 9.279/96, não permite patentes de plantas, apenas de microrganismos transgênicos. Uma eficaz atuação do Estado dependerá de novos instrumentos legais que reflitam a vontade de defender o patrimônio nacional.

A questão indígena

Poucas questões são tão complexas quanto a questão indígena. Ela mudou com o passar do tempo. Na Colônia, estava relacionada com o apresamento da mão-de-obra escrava ou missioneira. No nascimento da nação independente, os índios eram o habitante a ser integrado na economia, segundo José Bonifácio. Na República, foram considerados uma das raças constitutivas da nacionalidade e um elemento a ser protegido do perverso processo de contato, para ser integrado à cultura nacional. Em anos recentes, passaram a ser vistos como portadores de vontade e cultura próprias, possuidores de uma cidadania peculiar e de grandes parcelas do território nacional.

A definição de índio também varia com o tempo. No passado, foi um ser inferior, potencialmente um trabalhador escravo ou alguém a ser catequizado. Nos dias de hoje, com a autodefinição racial e a percepção da diferenciação étnica, a imagem varia com a posição do caleidoscópio: curador do meio ambiente, “proprietário” de imensas reservas. A noção de índio apresenta problemas crescentes. Como distinguir as diferentes imagens de índio do ser real, tão diferenciado quando se observam os diferentes grupos? Além disso, idéias básicas para discutir o tema estão sob suspeição científica e ideológica. Não faltam controvérsias sobre as noções de raça, evolução e progresso.

Índio foi o nome dado aos habitantes das Américas pelos europeus que, ignorando a existência do continente, pensaram estar chegando às Índias por um novo caminho. O nome, fruto de um equívoco geográfico, foi apenas um detalhe pitoresco; infelizmente, a ideologia colonialista e racista fez um mal infinitamente maior. Pois, ao tratar uniformemente grupos humanos diferenciados por línguas, culturas, histórias etc., inspirou todas as formas de dominação violenta, homicídio, estupro, escravidão e até a disseminação proposital de doenças.

Com o passar dos séculos, a questão indígena se modificou. A partir da conquista, os colonizadores disputaram os indígenas, buscando seus corpos, seu trabalho, suas terras ou suas almas, o que implicou um processo de extermínio étnico pela violência, miscigenação, perda da identidade cultural etc. Uma variante importante dessa conquista violenta foi o exercício da catequese e a fundação de missões pelas ordens religiosas. Apesar de logo perceberem a diferença entre os grupos e constatarem que não se tratava de um único povo, ignoraram essas diferenças e adotaram uma política de dominação que violentava a cultura dos povos encontrados.

Em toda a América, Brasil inclusive, a resistência indígena não foi pequena. Mas a agressividade do colonizador, ou conquistador, as doenças transmissíveis que agiam como poderosas armas biológicas, a capacidade de concentrar em alguns lugares os poucos recursos bélicos e, vale sempre lembrar, a política de alianças que cooptava indígenas para lutar contra indígenas levaram à derrota secular dos habitantes da terra.

Em algumas regiões a escravidão dos africanos aliviou a perseguição aos índios. A liberdade formal dos indígenas antecedeu de muito a dos africanos e seus descendentes. Mas a violência, o trabalho compulsório, o roubo das mulheres para uso sexual e o choque de culturas atuaram para destruir os diferentes povos que aqui habitavam. As tentativas da coroa portuguesa e, depois, da imperial de protegerem os índios

mal saíram do papel. À expulsão dos jesuítas seguiu-se a destruição das missões e a conquista dos aldeamentos. Os índios que sobreviveram se integraram à sociedade nacional em posição marginal, submetidos a alguma forma de trabalho servil, ou fugiram para longe dos brancos.

No convívio com a sociedade colonial, mais tarde imperial ou mesmo republicana, os indígenas entraram num forçado processo de aculturação e se tornaram vítimas de um etnocídio. Tornaram-se tapuios, caboclos, mestiços etc. Perderam a identidade indígena e ficaram no limbo, sem cidadania, apesar de livres dentro da ordem escravocrata, situação atenuada com a ordem republicana.

Quando afastados da sociedade nacional, os povos indígenas mantiveram seu estilo de vida. Fugindo do contato, deslocando-se para os grotões, diversas etnias conseguiram preservar sua liberdade e cultura. Mas essa situação só poderia ser provisória e instável, pois o desenvolvimento da sociedade nacional impunha uma expansão territorial que ameaçava a existência desses povos não contatados.

Houve época em que a idéia de raça era manejada sem nenhuma cautela e parcimônia. Partindo de uma noção biológica, não só se acreditava que a humanidade era composta por diferentes raças, com fenótipos e genótipos distintos, como também se aceitava que a raça branca era superior às demais. Só no início do século XX as ciências sociais abandonaram a definição biológica de raça e enfatizaram os aspectos culturais como determinantes das diferenças entre os grupos humanos. Mas esse deslocamento não suprimiu a idéia de progresso e de evolução das sociedades.

Com base nesses pressupostos, a questão indígena passou a ser entendida como o atraso do índio em relação aos padrões culturais da “civilização branca”. A partir dessa concepção, inspirada no positivismo e plena de evolucionismo, a República criou o Serviço de Proteção ao Índio, com o objetivo de implementar uma política para acelerar o desenvolvimento dos índios, no sentido de integrá-los à civilização.

No início do século XX, a maioria dos índios habitava o interior mais afastado dos grandes centros: Amazônia, Centro-Oeste, partes do Maranhão e do Paraná e outras paragens distantes. O contato, quando ocorria, era sempre trágico. A expansão da fronteira agrícola e extrativista provocava choques e morticínios.

A necessidade de garantir as fronteiras e integrar o território levou à implantação do telégrafo e ao conseqüente contato com índios arredios. É nessa escuridão que começa brilhar a estrela de Cândido Rondon, oficial do Exército e positivista militante. Até então, o Estado tinha sido, quando muito, indiferente à sorte dessas populações. O indigenismo positivista provocou uma inflexão no tratamento dado aos índios pelo governo. Terras indígenas foram demarcadas, novos grupos indígenas foram contatados e suas populações passaram a receber apoio para seu desenvolvimento e integração na sociedade nacional.

De uma perspectiva atual, podemos perceber três políticas distintas. No início da colonização, a conquista das terras e o apresamento da mão-de-obra deram a tônica do relacionamento dos europeus com os índios. A partir dessa postura hostil e predatória, o tratamento mudou, com Rondon, para apoiar a evolução e a integração dos indígenas à sociedade nacional. Mais recentemente, tivemos mais uma mudança radical, pois a preservação do estilo de vida passou a nortear as ações da política indigenista.

A última mudança se baseia numa visão relativista, defendida por muitos antropólogos, que critica a hierarquia evolucionista das sociedades. Por outro lado, foi inspirada na Constituição de 1988, que reconheceu aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (artigo 231).

As conseqüências dessa visão, que valoriza as raízes étnicas, são muito mais profundas do que se pode perceber à primeira vista. Da tese de que o estilo de vida do índio deve ser preservado deriva uma polí-

tica de demarcação de terras indígenas que institui grandes unidades territoriais. Na Amazônia, região onde habita a maior parte dos índios brasileiros, essa política tem dado origem a grandes tensões. A reserva dos Yanomami, dos Waimiri-Atroari e a demarcação da Serra Raposa do Sol são exemplos do potencial de problemas dessa orientação. As terras indígenas demarcadas já somam cerca de 12% do território nacional. E a tensão não está apenas na quantidade de terras demarcadas. A localização das reservas na faixa de fronteira também é criticada por setores que têm de zelar pela segurança nacional.

A política anterior, voltada para integrar o índio à sociedade nacional, apontava para o fim da questão indígena em algum momento do futuro. A política atual, de preservação da cultura e manutenção dos estilos de vida dos diferentes povos, repõe a questão indígena de forma perene e ampliada; cria uma tensão com a soberania nacional e uma desconfiança entre lealdades. Antes existia um regime de tutela, no qual o Estado zelava e falava pelo índio. Agora surgem novas lideranças e instituições que representam os índios e, muitas vezes, entram em conflito com o Estado, abrindo espaço para pressões internacionais.

Esta perenização da questão indígena e sua dimensão fundiária são apenas parcialmente coerentes com o surgimento de movimentos sociais de afirmação étnica. Como exemplo da confusão que envolve a questão indígena na atualidade, tomemos a polêmica em torno da definição de índio. A lei brasileira consagra a autodefinição, ou seja, prevê que o indivíduo defina sua raça e cor. Mas o reconhecimento de comunidades, para efeito de demarcação de terras, é feito com base em estudos étnico-antropológicos, nos quais o foco se desloca do indivíduo para a comunidade. Disso resulta que parte significativa dos indígenas brasileiros, que mora nas cidades, não é protegida pela política de demarcação de reservas. Seus laços comunitários já foram dissolvidos, eles buscaram individualmente a integração na sociedade nacional, de modo que não se justifica tal política para esse segmento.

Outro problema refere-se à heterogeneidade cultural dos diferentes povos e suas diferentes perspectivas e projetos. Os distintos graus de integração à sociedade nacional tornam qualquer política geral, como a demarcação, insuficiente para proteger e permitir o desenvolvimento daquela população. Cada grupo tem de encontrar seu próprio caminho, que é distinto de outros grupos; cada um deles enfrenta obstáculos específicos. O que é permanecer indígena na forma defendida pela Constituição? E aqueles ainda não integrados ou mesmo não contatados? Deverão ser preservados em sua forma atual de vida?

Como se vê, nesse assunto as dúvidas são numerosas e difíceis de responder.

Contraponto: a soberania brasileira afirmada

A contestação da soberania, primeiro portuguesa e depois brasileira, em território amazônico, não é um fato contemporâneo. Quando tratamos, em capítulo anterior, da história da região e da paulatina construção de uma Amazônia brasileira, encontramos inúmeros episódios de invasões por parte de estrangeiros. Para encerrar o capítulo, é oportuno mencionar algumas entre as várias ações preventivas de afirmação de nossa soberania a partir da constituição do Estado nacional brasileiro.

A primeira está relacionada à navegação no Amazonas. Para os governantes brasileiros ficara claro, ainda na primeira metade do século XIX, o interesse de norte-americanos ingleses e franceses pela navegação fluvial no Prata, no Amazonas e em seus afluentes. Os países vizinhos também se interessavam em permitir a navegação nessas bacias. Em meados do século, o governo brasileiro concluiu que não seria possível postergar por muito mais tempo a abertura para estrangeiros da navegação em águas amazônicas. Para reforçar a posição brasileira quando a abertura para a navegação internacional acontecesse, foi promulgada, em 1850, uma lei que autorizava o governo imperial a “estabelecer (...)

no Amazonas e águas do Pará a navegação por vapor, que sirva para correios, transportes e rebocagem até as províncias vizinhas e territórios estrangeiros confinantes” (Mauá, 1998). Em 1852, Mauá fundou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que também foi encarregada de promover a colonização nos primeiros cinco anos. Era uma empresa particular, mas recebia subvenções do Tesouro imperial. Quando, em 1867, o governo imperial permitiu “a navegação do Amazonas e seus afluentes a todas as nações amigas” (Almir, 2003), a ameaça estrangeira já estava afastada e o processo de ocupação da Amazônia se desenvolvia apoiado no nascente ciclo da borracha.

Em 1872, no início do ciclo da borracha, a Companhia foi vendida para os ingleses e transformada na Amazon Steam Navigation Company Ltda., mas continuou a receber subvenções do governo brasileiro, interessado na manutenção e no incremento dos serviços de transportes na bacia hidrográfica do rio Amazonas. (www.pa.gov.br)

Também merece destaque a atuação de Rio Branco e a negociação para a determinação das fronteiras. Em 1900, após três anos de negociação, o Brasil obteve uma sentença arbitral favorável na disputa com a França sobre os limites do Amapá. Em 1902, o contencioso era com a Bolívia, que tentava arrendar uma parte do seu território a um consórcio empresarial anglo-americano. Apesar de não ser território brasileiro, a região era ocupada por seringueiros brasileiros, que resistiram às tentativas bolivianas de expulsá-los. A ação militar de Plácido de Castro e a diplomacia de Rio Branco levaram, em 1903, à assinatura do Tratado de Petrópolis, com a Bolívia. O tratado resolveu o conflito dos dois países em relação ao território do Acre, que passou a pertencer ao Brasil me-

diante compensação econômica e pequenas concessões territoriais. Nos anos seguintes, tratados com o Peru, a Colômbia e a Guiana Holandesa consolidaram as fronteiras brasileiras na região amazônica.

Um terceiro conjunto de ações foi desenvolvido na Era Vargas. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, o presidente Getúlio Vargas criou cinco territórios federais: Rio Branco (hoje Roraima), Guaporé (hoje Rondônia), Amapá, Iguassu e Ponta Porã. Os dois últimos foram extintos em 1946. O objetivo era ocupar os espaços vazios do território nacional, em especial a Amazônia. A criação dos territórios não foi uma medida isolada. Vargas tinha uma evidente preocupação geopolítica. Caberia ao Estado construir um novo país, com território ocupado e integrado por uma moderna rede de transportes, com um povo unido e educado por idéias nacionalistas, com indústria e instituições governamentais capazes de dirigir o país ao seu futuro de grande nação no cenário internacional. Nesse contexto, destaca-se o esforço de integração do espaço nacional e de interiorização do desenvolvimento, que tem na “marcha para o oeste” uma diretriz emblemática.

A criação de Brasília e a implantação de uma rede de estradas – que culmina na construção da Transamazônica, no início da década de 1970 – podem ser consideradas como desdobramentos da política de Vargas. Além da rede rodoviária, o ciclo militar implantou grandes projetos na região e criou a Zona Franca de Manaus, que viabilizou a construção de um parque industrial moderno. Também é visível a inspiração geopolítica dessas ações.

A mesma problemática inspirou a criação, em 1985, do Programa Calha Norte (PCN), para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

VI A natureza ameaçada

Introdução

“Em 1995, mais de 2 mil cientistas de uma centena de países informaram a ONU que a queima de petróleo, carvão e gás natural estava mudando o clima do planeta. Quase um decênio mais tarde, muitos desses investigadores estão preocupados, por dois motivos: o clima está se modificando muito mais rapidamente do que o previsto, e os sistemas do planeta são mais sensíveis do que se acreditava. A temperatura média global aumentará entre 1,6° e 5,5° C até o final do século XXI” (Gelbspan, Ross; *in* Motavalli, J., 2005, 17).

Todos esses dados foram, de alguma forma, confirmados pelo IV Relatório de Avaliação sobre Mudança Climática do Intergovernamental Panel on Climate Change (IPCC).

O jornal *O Globo* de 29 de novembro de 2005 deu a seguinte notícia:

Ilhéus de Papua são os primeiros refugiados ambientais. Os 980 habitantes de seis pequenas ilhas de Carteret, no norte da ilha de Bougainville, em Papua Nova Guiné, entraram para a história como os primeiros refugiados ambientais, obrigados a abandonar suas casas por causa da elevação do nível do mar, supostamente associada ao aquecimento global.

A matéria menciona que o Brasil, apesar de não ser obrigado a cumprir metas de redução de emissões pelo protocolo de Quioto, provavelmente sofrerá pressões para se comprometer a reduzir os índices de desmatamento, que o posicionam entre os dez países mais poluidores do mundo.

Em 23 de maio de 2006, o jornal *O Globo* divulgou um estudo de cientistas espanhóis, cuja principal conclusão informa “que os oceanos do absorverão 21% menos gás carbônico do que o normal por causa do aumento da temperatura da Terra, provocado pelas mudanças climáticas”. Por sua vez, a revista *Ciência Hoje* de novembro de 2005 traz dois estimulantes artigos sobre a questão da mudança climática. Olhemos alguns trechos para identificarmos melhor o problema. Olaf Malm escreveu:

O aquecimento global é consequência da acumulação na atmosfera de gases que retêm calor e permanecem ali por longo tempo, como o gás carbônico (CO₂), o metano, os óxidos de nitrogênio e outros. Todos são gerados por atividades industriais e/ou pela produção de energia a partir da queima de combustíveis orgânicos ou fósseis, e tais atividades cresceram continuamente nos últimos cem anos. (...) Estudos indicam que o aquecimento global tem trágicas consequências [para o clima e as condições de vida no planeta].

No artigo seguinte, José Marengo e Carlos Nobre afirmam:

Existem evidências de que, em diversas regiões da Terra, estão aumentando a frequência e a intensidade de fenômenos climáticos extremos. (...) Ainda que esse aumento possa, em princípio, ser parte de uma variabilidade natural do clima, ele também é consistente com as consequências esperadas do aquecimento global.

Mas os autores alertam que “ainda existe incerteza nos meios científicos sobre as possíveis consequências das mudanças climáticas associadas ao aquecimento global”. Ou seja, estamos entrando num território complexo e cheio de polêmicas. Mente aberta e cautela são boas companheiras para essa jornada povoada por tornados, furacões, incêndios florestais, nevascas, degelos, secas e tragédias assemelhadas.

A questão ambiental amazônica

O ano de 2005 reanimou o debate sobre a questão ambiental na Amazônia por causa da maior seca já registrada na região. Fotografias de rios e lagos secos, terras rachadas e barcos encalhados chocaram o mundo, ao revelar paisagens até então associadas ao Nordeste brasileiro. Apesar do fenômeno poder ser explicado pelo aquecimento das águas do oceano Atlântico, o desmatamento e as queimadas foram imediatamente relacionados como causas secundárias.

Os dados sobre o desmatamento são impressionantes. Segundo Lentini (2005), 17% da floresta já estavam desmatados em 2004. Segundo Barreto (2006), cerca de 30% dela estariam sob pressão antrópica. Restariam intocados 53% da floresta. Os dados abaixo reforçam o cará-

ter catastrófico do desmatamento e mostram que os números resultam de uma tendência crescente ao longo das últimas três décadas.

Desmatamento na Amazônia

1977 a 1988: 21,0 mil km²
 1988 a 1990: 31,5 mil km²
 1990 a 1994: 39,7 mil km²
 1994 a 1998: 77,8 mil km²
 1998 a 2002: 76,9 mil km²
 2002 e 2005: 69,8 mil km²

FONTE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). As contas abrangem sempre o período agosto de um ano a julho do ano seguinte.

Poucas dúvidas restam sobre os motivos que levam a tal insensatez. Miséria, ambição e irresponsabilidade explicam a catástrofe ambiental futura, que está sendo criada. Um intenso processo migratório, ora motivado pelas políticas governamentais de incentivos fiscais e de colonização, ora explicado pela busca de propriedade fundiária, madeiras, terras para agropecuária e, também, assentamentos de reforma agrária, tudo isso vem desmatando a floresta com sucessivas ondas de diferentes atores. Do camponês sem terra, futuro posseiro ou assentado de algum projeto de reforma agrária (e, no futuro, novamente favelado sem terra), ao fazendeiro moderno e “sulista”, construiu-se um processo que combina posse, derrubada, grilagem e apropriação da terra, usando mecanismos mercantis ou violentos. Também os grandes projetos energéticos e de mineração, a criação da infra-estrutura, estradas e eletrificação, provocam uma urbanização que antecede a estruturação da atividade agrícola, sempre na forma de cidades heterogêneas, nas quais miséria e sujeira coabitam com riqueza e descaso, e atuam como centros irradiadores de impactos ambientais.

O principal vetor de desmatamento já foi identificado. Segundo

o documento *Cenários de desmatamento para a Amazônia*, apesar das “causas históricas e presentes do desmatamento (serem) diversas e frequentemente inter-relacionadas” (Soares: 2005), o fator imediato pode ser encontrado nas rodovias que rasgam o território e se confundem com a ampliação da fronteira agrícola (Soares: 2005). A partir dessas vias de penetração multiplicam-se outras vias precárias, que rasgam a floresta atrás de terras e madeiras. “Até junho de 2005, haviam sido mapeadas (...) em uma área de 1,3 milhão de km², 95,4 mil quilômetros de estradas não-oficiais” (Lentini: 2005).

O impacto das rodovias aparece na substituição da paisagem florestal por campos, na diminuição do patrimônio genético, na redução das chuvas e na elevação da temperatura, que provocam as queimadas e contribuem para o aquecimento global, “posto que o desmatamento representa hoje cerca de 75% das emissões de CO₂ brasileiras” (Soares-Filho, 2005). Este número é simultaneamente um indicador de descaso ambiental e atraso econômico. Revela um “perfil invertido em relação à composição das emissões globais, já que 75% dessas emissões estão associados à queima de combustíveis fósseis – petróleo, carvão e gás natural – e apenas os 25% restantes decorrem de desmatamentos e usos inadequados do solo” (Santili: ISA, 2005).

Soares-Filho dá informações mais alarmantes. Se nada for feito para modificar a tendência atual, presenciaremos, em meados deste século, uma redução de cerca de 40% nos atuais 5,4 milhões de km² de florestas da bacia Amazônica. Para a Amazônia brasileira, esses números são ainda mais assustadores, já que as perdas podem ultrapassar 50% de seus atuais 3,3 milhões de km² de florestas (Soares-Filho: 2005).

Dois desmatamentos

Não resta dúvida de que o desmatamento é a principal ameaça ambiental na região amazônica. Quase sempre ele aparece combinado com outros fatores importantes, mas devemos identificar dois tipos de desmatamento, segundo sua motivação.

No primeiro, associado à apropriação de novas terras, o fogo e o desperdício aparecem, lado a lado, de forma escandalosa. No Brasil, a expansão da fronteira agrícola é uma grande incentivadora do desmatamento. Por isso, 70% das terras desmatadas se transformaram em pastos (Barreto: 2006). Em toda a Amazônia, o fogo é o principal instrumento. Tanto faz se é acidental ou criminoso. O poder destruidor é o mesmo, assim como o volume das emissões de carbono.

No segundo tipo de desmatamento, que tem uma relação simbiótica com o primeiro, encontramos a exploração da madeira. Mas é importante esclarecer que a indústria madeireira vai a reboque do desmatamento. Inúmeras empresas, pequenas e oportunistas, acompanham o arco do desmatamento e aproveitam uma parte da madeira abatida. Menos da metade é aproveitada. Em 2004, por exemplo, o potencial de madeira foi de 68 milhões de metros cúbicos em toras, enquanto o consumo da indústria não passou de 25 milhões de metros cúbicos em toras. A produção madeireira da Amazônia não chega a 10% da produção nacional.

A produção dessa indústria, em 2004, alcançou cerca de 10 milhões de metros cúbicos de madeira processada, 36% voltados para a exportação. A Amazônia respondeu por 31% do valor exportado pelo Brasil no mesmo ano (o Paraná foi responsável por 38,4%). Esses números são importantes para mostrar o caráter incipiente da indústria madeireira na Amazônia e sua potencialidade, desde que se modifique o padrão de organização.

Um importante passo para o desenvolvimento sustentável da exploração madeireira na Amazônia foi dado no início de 2006, quando o

governo sancionou a Lei de Gestão de Florestas Públicas. A lei pode atuar no sentido de permitir a exploração sustentável da floresta sem possibilitar a apropriação ilegal das terras públicas. A intenção da lei é que o regime de concessão crie um obstáculo à pretensão de propriedade fundiária. Sendo assim, o desmatamento predatório, fruto das queimadas, poderá passar a ser um custo sem perspectiva de lucro fundiário.

De qualquer forma, a extração seletiva de madeira, mesmo utilizando técnicas mais racionais, pode aumentar a exposição das florestas ao fogo, principalmente no norte e no leste da região, onde a seca provocada pelo El Niño é mais rigorosa. Os mapas mostram que os focos de fogo coincidem com as áreas de campos e de desflorestamento.

Mas o desmatamento não é o único vilão ambiental. Apesar de não demandar grandes áreas, a mineração, principalmente o garimpo, quando baseado em técnicas arcaicas, provoca erosão do solo e poluição química pelo mercúrio. Além disso, incentiva a expansão de outras atividades. Quando vem a decadência do garimpo, gera uma futura demanda de terras e de assentamentos da reforma agrária.

A grande mineração demanda exclusivamente a área para sua atividade, não cria nenhuma demanda por terras, na decadência, e pode ter seus impactos mitigados por medidas compensatórias. Apesar dessa maior possibilidade técnica de controle, não é fácil minimizar seus impactos ambientais e seus efeitos indiretos de urbanização e colonização agrícola. Um planejamento espacial com rigoroso controle do território é essencial para o desenvolvimento racional da mineração na Amazônia.

A degradação ambiental não se deve ao desenvolvimento, mas sim ao atraso e à inexistência de um Estado atuante. A destruição do ambiente é, antes de tudo, fruto da tentativa de acumular propriedade fundiária em um regime jurídico que permite a legalização do roubo e da grilagem de terras. O garimpo, quase sempre ilegal, e o contrabando de ouro e de pedras preciosas atuam como vetores de agressão ambiental. Por último, um processo descontrolado de urbanização, semeando

aglomerados de casebres e palafitas, contribui com significativa parcela da pressão antrópica e da poluição ambiental, fruto da inexistência de saneamento e da produção de lixo não degradável. Poucas imagens são mais chocantes do que as do lixo acumulado sob palafitas e portos fluviais ao longo da bacia amazônica.

Esquemáticamente, podemos apresentar os principais elementos da questão ambiental amazônica da seguinte forma:

Pressão humana na Amazônia brasileira

Tipo de Pressão	Amazônia Brasileira		
	Área total %	Floresta %	Outras áreas %
Áreas já desmatadas	19	18	28
Campos e pastos	11	11	14
Zonas urbanas	6	5	12
Assentamentos agrários	3	3	2
Áreas pressionadas	27	26	38
Queimadas	27	26	38
Mineração e garimpo	<1	<1	<1
TOTAL	47	44	66

Fonte: Barreto, 2006.

Como exemplo da questão ambiental causada pela precária ocupação humana, reproduzimos trechos de uma reportagem (www.socioam

CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS
Desmatamento e queimadas	Diminuição de biodiversidade Emissão CO ² > aquecimento
Mineração	Erosão do Solo Poluição química
Urbanização	Poluição orgânica e Geração de lixo não biodegradável.

biental.org) que mostra os efeitos da falta de saneamento, associada ao desordenado processo de urbanização da região.

Pesquisa aponta contaminação da água em um dos afluentes do rio Xingu

A pesquisa, cujos resultados são ainda preliminares, identificou nível acima do normal de *Escherichia coli*, bactéria cuja presença indica a contaminação com fezes humanas ou de outros animais. O relatório fala em “contaminação fecal contínua”. A análise de amostras de água coletadas no Curisevo, um dos afluentes formadores do rio Xingu, no Parque Indígena do Xingu, no norte do Mato Grosso, confirmou a contaminação por dejetos orgânicos. Realizado no ano passado, o estudo, que ainda é preliminar, não comprovou a presença de agrotóxicos e fertilizantes químicos na água, mas afirma que o risco desse tipo de contaminação na região é grande e seria necessário realizar testes mais detalhados sobre o assunto. O Parque Indígena do Xingu abriga mais de 5 mil índios, de quatorze diferentes etnias.

Já há algum tempo, populações indígenas da região têm denunciado casos de intoxicação pelo uso da água. Gregor Thomas avalia que o problema deve ser causado pelo livre acesso do gado aos cursos d'água locais e por dejetos jogados pelas cidades e por pousadas de pescadores que ficam ao redor do Parque. O antropólogo acredita também que é grande a possibilidade de contaminação por agrotóxicos, em virtude do uso intensivo da substância nas fazendas próximas e pelo tipo de inclinação do terreno na região.

A pesquisa confirma ainda o impacto do desmatamento e das atividades produtivas ao afirmar que, na época da cheia, as águas da chuva jogam grande quantidade de lixo e de terra provenientes de propriedades rurais nos cursos de água, o que causa assoreamento. O trabalho menciona ainda que já é possível perceber certa quantidade de lixo acumulado nas margens e nos bancos de areia de alguns rios. Algumas aldeias do Parque Indígena do Xingu já vêm se mobilizando há algum tempo para recolher e enterrar o lixo ou encaminhar resíduos especiais com potencial de contaminação, como baterias, por exemplo, para as cidades mais próximas.

Outro estudo aponta a precariedade do saneamento na região.

Estudo finalizado pelo Ministério das Cidades, em setembro de 2005, concluiu que a situação do saneamento básico em quatorze cidades da bacia do Xingu, no Mato Grosso, é precária. Entre outras conclusões, o diagnóstico revelou que

só uma cidade, Sinop, possui aterro controlado para lixo e, mesmo assim, ele é deficiente. Os outros municípios fazem a coleta, mas depositam os detritos a céu aberto e sem nenhum procedimento especial. Além disso, em apenas três localidades – Gaúcha do Norte, Nova Ubiratã e Ribeirão Cascalheira – está sendo implantado sistema de tratamento de água. Somente em Cláudia existe rede de esgoto, mas sua manutenção também foi classificada de inadequada.

Assim como na maioria dos municípios da Amazônia, a situação do saneamento é dramática na bacia do Xingu. O problema não afeta apenas a saúde da população, mas também o meio ambiente, explica Daniela Jorge de Paula, assessora e analista do Instituto Socioambiental (ISA), uma das organizações integrantes da campanha 'Y Ikatu Xingu. Ela explica que hoje há um clima de diálogo entre os municípios e o governo federal para resolver a questão na bacia do Xingu, no Mato Grosso, de maneira compartilhada.

Qual é o impacto da questão ambiental amazônica? Circunscrito à região, o “desastre” ambiental não assusta pelo seu estágio atual e sim pela tendência, que não apresenta nenhuma inflexão. Em outras palavras: se nada for feito, estamos marcando um encontro com a tragédia. Mas é possível uma mudança de rota, que não é conflitante com o desenvolvimento. Ao contrário: os problemas ambientais resultam mais do atraso que do progresso.

Que impacto a questão amazônica causa no ambiente global? Qual é essa questão? É o atual modelo de desenvolvimento baseado na predação ambiental?

A Amazônia e o clima: vilã ou vítima?

A relação da Amazônia com o clima global, não por acaso, ainda é objeto de inúmeras controvérsias. Ouçamos o cientista Antônio Nobre (2003), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): “A Amazônia é extremamente diversa em sua biofísica e biogeoquímica. Não é rica só em biodiversidade, é rica em processos. Em cada lugar a floresta funciona de um jeito um pouco diferente.”

Numa formulação esquemática, do ponto de vista estritamente ambiental, o desmatamento e as queimadas, ao provocarem emissões de CO₂, afetariam o clima por causa do aquecimento causado pelo efeito estufa. Mas hoje, apesar das queimadas, ocorre justamente o contrário. “A Amazônia está atenuando o problema [do aquecimento global], pois está removendo uma parte do excesso de gás carbônico fóssil que a gente está tirando da terra e colocando na atmosfera” (Nobre: 2003).

Não decorre daí, é claro, a conclusão de que as queimadas não ameaçam o meio ambiente. O que se pode concluir é que, apesar das dimensões apocalípticas que elas assumiram, a contribuição total da floresta amazônica ainda existente, dado que mais de 50% dela permanece intocada, é positiva para o clima do planeta.

Por outro lado, é indiscutível que a atual tendência de desmatamento, denunciada pelos noticiários, terá de ser revertida, sob pena de acabarmos com a floresta. É a Amazônia que está sendo ameaçada pelo aquecimento global, responsável pelo aumento do potencial de combustão da floresta, o aquecimento das águas do oceano e a ocorrência de secas.

O clima, entretanto, não é o único aspecto da natureza que está relacionado com a floresta. Os impactos do desmatamento sobre a biodiversidade são preocupantes, ainda mais se levarmos em conta o déficit de conhecimento que temos sobre o bioma amazônico.

A Amazônia e a biodiversidade

Os números referentes à biodiversidade amazônica são impressionantes, não pelo seu tamanho, mas por sua imprecisão. Ouçamos os especialistas, tomando como referência o excelente *Livro de ouro sobre a Amazônia*, de João Meirelles Filho (2004):

A Amazônia continental é a região de maior diversidade biológica do planeta. Em apenas 5% da superfície terrestre acredita-se que estejam mais de 25% de todas as espécies vivas. (...) Há mais espécies vegetais em um hectare de floresta no médio Amazonas do que em todo o território europeu.

Diferente é a tese de Lleras e Leite (2005). Para eles, existe um exagero ao se falar nesse assunto. Como a Amazônia é uma formação recente, com cerca de 5 milhões de anos, ela não poderia ter desenvolvido “uma biodiversidade *sui generis*”. A maior parte de suas espécies, segundo eles, existem em outras formações muito mais antigas, como o Escudo Brasileiro e o Escudo da Guiana, com 2,6 bilhões de anos, e os Andes, com mais de 150 milhões, bem como nas vegetações como a Mata Atlântica, os Cerrados e as florestas da América Central e Caribe. A tabela abaixo ilustra o argumento dos autores ao comparar os registros disponíveis.

Os autores alertam que os resultados apresentados são precisos e não refletem um desconhecimento da região. Com relação às plantas, observam “que embora os últimos trinta anos tenham sido os de coleta mais intensa, o número de espécies novas coletadas no período é relativamente pequeno” (Lleras e Leite, 2005). Uma parte da controvérsia, como outras que envolvem a Amazônia, se deve ao recorte geográfico. Voltemos ao texto de Lleras e Leite.

A primeira questão é definir a Amazônia. Há duas abordagens: (1) a bacia hidrográfica, que se estende até Brasília, com aproximadamente 6,8 milhões de km² e que inclui toda a vertente oriental da cordilheira dos Andes e grande parte do Escudo brasileiro e do Escudo das Guianas; (2) a área que se tem convencionado considerar como floresta, com aproximadamente 4 milhões de km² e que corresponde aproximadamente à distribuição do gênero *Hevea* (seringueira e parentes próximos). Esta última inclui grandes áreas de savanas e cerrado. No caso do Brasil, existe também a Amazônia Legal, da qual fazem parte os estados de Mato Grosso e Tocantins, que têm vegetação predominantemente de cerrado.

Um dos problemas de trabalhar com o conceito “Amazônia” é que ele não representa uma coisa só. Quando falamos de Cerrado ou de Caatinga, estamos falando de tipos de vegetação. Quando falamos de Amazônia, estamos nos referindo a um mosaico de tipos de vegetação e que reúne definições diferentes – hidrografia, vegetação e geomorfologia como se fosse uma única coisa. (...) Quando se usam indistintamente esses conceitos, surgem absurdos como a declaração de que a batata é amazônica! É claro que não. Ela é andina.”

A hipótese de que a biodiversidade amazônica é menor do que a divulgada não deve ser usada para desqualificar o argumento de que sua proteção é imprescindível para o desenvolvimento sustentável da região.

Estimativas da biodiversidade no mundo, no Brasil e na Amazônia brasileira (TCA/PNUD/BIRD, 1993; ISA/Estação Liberdade, 2001; diversas páginas na internet).

Grupo de organismo	Número de espécies publicadas		
	Mundo	Brasil	Amazônia Brasileira
Mamíferos	4.260	428	311
Aves	9.000	1.622	1.000
Répteis	6.787	467	330
Anfíbios e anuros	4.000	516	170
Peixes de água doce	13.000	-	3.000
Insetos	1.000.000	-	-
♦ Coleópteros	280.000	-	-
♦ Borboletas	7.500	3.300	1.800
♦ Abelhas	30.000	4.000	<2.500*
♦ Formigas	9.500	<2.700	<2.700*
♦ Marimbondos	-	-	220
♦ Dípteros	120.000	-	-
Aranhas	44.000	-	500
Minhocas	12.000	-	100
Plantas	250.000	22.000**	12.000**
Bactérias	5.000	-	-
Vírus	1.000	-	-

* Para toda a região dos trópicos sul-americanos;

** Pesquisas dos autores.

Fonte: Lleras e Leite, 2005.

VII

A Amazônia e o futuro

Desenvolvimento sustentável

Em capítulo anterior, mostramos que soberania e sustentabilidade – questões que balizam o nosso trabalho – são muitas vezes tratadas separadamente e, até, como opostos. Depois, tratamos de pressões geopolíticas sobre a soberania nacional. Falta discutir a problemática do desenvolvimento sustentável, do ponto de vista da Amazônia.

Não existe a falsa oposição entre soberania e sustentabilidade. Ao contrário, a resposta brasileira de afirmação soberana tem de ser a implementação de um processo de desenvolvimento sustentável. É evidente que existem inúmeros obstáculos, de formulação e de execução, mas também existem visíveis potencialidades para superá-los. O principal desafio é compatibilizar interesses legítimos, em uma sociedade estratificada e heterogênea, com um projeto de desenvolvimento sustentável.

Para tanto, é necessário esclarecer o que entendemos por desenvolvimento sustentável na Amazônia. Trata-se de um modelo de produção e ocupação da região que minimize os impactos ambientais negativos

e o desperdício de recursos; respeite o clima e as populações locais; desenvolva e explore racionalmente as riquezas existentes. Mais fácil falar do que de fazer.

Já discutimos a falsa dicotomia entre o “conservadorismo ambientalista” e o “desenvolvimentismo conservador”, ambos incapazes de definir um projeto de desenvolvimento que atenda simultaneamente os aspectos econômicos e ambientais. Na realidade, o resultado é pior, pois nem mesmo se alcança um dos objetivos isoladamente.

O desprezo pela moderna tecnologia está na raiz dos equívocos das duas posições. Ambas insistem em acreditar que técnicas conhecidas, tradicionais ou fordistas, ou ligadas à chamada revolução verde, poderão sustentar a população do território e integrá-lo ao mercado internacional, exportando produtos da floresta (segundo os ambientalistas românticos) ou soja e carne (segundo os desenvolvimentistas conservadores).

Colocada entre o extrativismo e a agricultura cabocla (ou indígena) e a moderna agricultura intensiva em capital, típica do agronegócio, a Amazônia não irá a lugar nenhum. Ambas as alternativas nos levarão a um território vazio ou degradado. A solução está em novas técnicas a serem desenvolvidas para as condições existentes. A Embrapa, o Inpa, as universidades da Amazônia e outros institutos de pesquisas estão repletos de projetos e experiências promissoras. O que falta é uma política que mobilize esses recursos de forma ampla e consistente.

Vamos iniciar este último capítulo com a nossa preocupação original em forma pura. Até quando a Amazônia brasileira será nossa? Como garantir a nossa soberania?

O futuro do Brasil está ligado à Amazônia, pois ela é o passaporte para um país desenvolvido e civilizado. Ela reúne condições para ser, neste século, uma das principais regiões produtora de riquezas do planeta. O Estado brasileiro deverá engendrar todos os esforços e reunir todos os recursos nacionais necessários para promover o nosso desen-

volvimento a partir da riqueza existente na região. Os investimentos para implantar uma política para a região são prioritários, e o montante necessário não deve servir de pretexto para que não sejam realizados. Eles precisam ser comparados com o patrimônio que existe lá e com a possibilidade de riqueza futura.

As primeiras páginas deste livro apresentam duas cartas hipotéticas, igualmente possíveis de serem escritas em um futuro não muito distante. A carta que será escrita dependerá das escolhas que os brasileiros farão nos próximos anos. Se não definirmos um projeto nacional de desenvolvimento – soberano, sustentável e socialmente justo – para, com dele, provocarmos uma inflexão nas tendências atuais de exploração da Amazônia, caminharemos para o quadro pessimista traçado na segunda carta.

A sociedade brasileira deve ser mobilizada para enfrentar na Amazônia o conturbado quadro que se vislumbra neste início de milênio. Estamos diante de um dilema: ou estruturamos nosso projeto de desenvolvimento e, simultaneamente, enfrentamos o difícil quadro geopolítico, ou assistiremos à erosão dos nossos recursos naturais e da nossa soberania. Não é só a Amazônia Brasileira que está em jogo, é o Brasil como nação soberana!

É fundamental zelarmos pela soberania e pelo desenvolvimento nacional, lançando as bases de um desenvolvimento que seja civilizatório. Definir um modelo de desenvolvimento que não desperdice recursos valiosos é um desafio que só pode ser vencido com uma política criativa e uma coerente ação de Estado. O desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira é o principal instrumento para a defesa da soberania.

Nosso principal trunfo é a população brasileira que reside lá. Não só a parcela que vive nas florestas, com suas estratégias de sobrevivência, mas também os contingentes urbanos das cidades da região, velhas e novas, que já possuem universidades e indústrias modernas.

Todos os recursos enunciados ao longo deste livro – minerais, energéticos, florestais, genéticos ou hídricos – precisam ser potencializados pela criação de tecnologias de ponta. As universidades brasileiras devem ser mobilizadas para responder a esse desafio. Nunca é demais repetir: o desenvolvimento sustentável é filho de tecnologias de ponta e não, como os modernos românticos acreditam, de uma idílica tecnologia tradicional.

A Amazônia só terá futuro com um desenvolvimento moderno. O aproveitamento racional da região por meio de explorações econômica e ambientalmente sustentáveis depende de estratégias que combinem alta produtividade da terra e uso intensivo de mão-de-obra qualificada, pois essa forma de ocupação permite um adensamento populacional que minimize os aspectos ambientais negativos, abrindo espaço para a realização de grandes projetos que são imprescindíveis para o país.

A modernização tem aspectos políticos fundamentais. A começar pelo problema central da erosão de nossa soberania em um mundo onde a tendência geopolítica é encolher e flexibilizar as fronteiras. O reconhecimento de direitos especiais, associados a territórios, pode evoluir para enfraquecer ou relativizar o poder do Estado. Isso pode ocorrer em relação a terras indígenas e também por meio de uma possível legislação que pretenda reconhecer direitos de propriedade sobre a biodiversidade.

A transformação da gestão política tradicional tem implicações em outros aspectos de importante dimensão interna. No Brasil atual, o federalismo tem uma perversão que deforma o Poder Executivo. O governo federal não ocupa os cargos federais. É a elite local, quase sempre atrasada, que domina os cargos federais, além dos estaduais e municipais. Muitos dos postos de órgãos federais nos estados foram, de fato, “estadualizados”, em um movimento deletério de descentralização administrativa desordenada. Muitas vezes, Polícia Federal, Receita Federal, Incra, Funai, Ibama, Basa etc. são geridos com uma óptica particular

que atende a interesses de elites regionais, em detrimento dos interesses nacionais. O resultado é um enfraquecimento do Estado, entidade fundamental para implementar um processo complexo de transformação estrutural.

As ações de elites regionais e de organizações locais são, por definição, dispersas e incapazes de conduzir a bom termo esse projeto. Algumas ONGs, que organizam e representam as populações locais ou tradicionais, atuam contra as diferentes instituições governamentais, que na região assumem quase sempre uma face atrasada.

Infelizmente, essa legítima luta democrática tende a um discurso essencialmente liberal e internacionalista, ao privilegiar o local e identificar o Estado como inimigo. O discurso da modernização e da cidadania se confunde com o discurso contra as instituições e, muitas vezes, desenvolve um estranho argumento de imperialismo interno. A luta política local assume a forma de uma oposição entre o poder local e o poder central, ou nacional, mas seu conteúdo, nem sempre percebido, é o da oposição entre o poder global e o poder nacional.

Reforçar a presença do Estado, mobilizar a sociedade e assumir o planejamento como instrumento prioritário são tarefas imprescindíveis.

Linhas gerais de um plano de desenvolvimento da Amazônia

As condições físicas e humanas são conhecidas: tamanho, população, densidade demográfica, grande urbanização, vazios demográficos, fronteiras desocupadas, abandonadas e de difícil controle. Heterogeneidades espaciais: várzeas diversas, terras firmes diversificadas, diferentes bacias e regimes de chuvas. Heterogeneidades culturais: diferentes povos, grupos migrantes, diversas histórias de colonização. A sociedade amazônica já está organizada e lutando pelo futuro.

A região possui diferentes biomas, com distintas constelações de fatores e vocações econômicas. A população não urbana é composta

de indígenas (principalmente no oeste e na Calha Norte), ribeirinhos (extrativistas), camponeses, pequenos agricultores dinâmicos e trabalhadores rurais temporários e permanentes (principalmente ligados às grandes fazendas). Possui abundantes recursos energéticos (hídricos, fósseis e biomassa). A agricultura e as demais atividades primárias apresentam pequena produtividade. Há sérios problemas geopolíticos, internacionais e sociais. É uma província mineral, mas, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o Estado perdeu um instrumento poderoso para planejar essa atividade. Madeira, madeira, madeira: não podemos nunca esquecer essa vocação amazônica.

A avaliação da Amazônia sofre de uma grande distorção subjetiva pelo fato de que nossa história cristalizou o Sudeste como área de maior dinamismo nos últimos séculos. Mas, ao esbarrarmos no desafio da integração continental e mundial, é preciso reconhecer que a Amazônia é a nossa região mais próxima do Pacífico, do Caribe e do Atlântico Norte.

Os problemas imediatos de grande exposição na mídia são: ambiental (desmatamento, erosão genética, garimpo predatório); ocupação predatória nos cerrados do Centro-Oeste, destruindo os rios da calha sul; narcotráfico; biopirataria; etnocídio, com extinção de povos e línguas indígenas, de seringais e seringueiros, de pescadores tradicionais, castanheiros e quilombos. Os problemas da industrialização problemática são: a Zona Franca como plataforma de importação, a mineração primário-exportadora, com pouco beneficiamento e agregação de valor e a produção de energia para atividades de exportação.

Sugerimos as seguintes ações administrativas: (a) federalizar os órgãos federais; ocupar os órgãos federais locais com servidores de carreira, ou seja, servidores públicos federais que exercem suas funções em diferentes unidades da federação ao longo de sua vida profissional; (b) reforçar a Polícia Federal; (c) reforçar a Receita Federal e o setor do Banco Central que rastreia e combate os fluxos financeiros ilegais; (d)

criar um instrumento de financiamento e apoio às populações tradicionais (grupos e poderes locais, quase sempre inframunicipais), que hoje são atendidas pelas ONGs; apoiar o movimento social, criando linhas acessíveis de financiamento para as atividades tradicionais, permitindo que o Estado substitua, ou pelo menos coordene, o Terceiro Setor; (e) reforçar o Projeto Calha Norte na sua vertente militar; na vertente civil, articular as ações do projeto com aquelas indicadas no item (d); (f) definir um programa de investimentos.

Política de investimento

É necessário desenvolver uma forma de ocupação que respeite os seguintes pontos: a ocupação da Amazônia não pode ser predatória; não pode dilapidar os recursos naturais, sejam eles minerais, florestais, genéticos ou de qualquer outro tipo; o aumento da riqueza nacional depende da incorporação desses recursos.

Tanto a preservação absoluta como a ocupação voluntarista são soluções falsas, que levam ao mesmo lugar: uma Amazônia vazia, pronta para ser invadida e ocupada. A política de desenvolvimento da Amazônia deve ter como objetivo central o desenvolvimento brasileiro, a inclusão social da população e a preservação do seu estilo de vida. A modernização deverá ser virtuosa e intensiva na utilização dos fatores locais.

É evidente que a Amazônia tem grande potencial hidroelétrico. Também é óbvio que a exploração desse recurso não pode ser desprezada em um projeto nacional – e também regional – de desenvolvimento. A exploração energética impõe, entretanto, uma política ambiental mais rigorosa. Primeiro, porque é preciso preservar o regime de chuvas e os rios, que não podem ser assoreados. Segundo, porque sendo inevitável o desmatamento nas áreas das usinas e dos lagos, é necessário preservar a biodiversidade em todos os lugares onde a exploração energética ou

mineral – atividades de elevado rendimento por área – não pode ser realizada.

Seguindo essa lógica, a política ambiental, antes de criar obstáculos às obras e aos grandes projetos, deve combinar a realização das obras com a proteção daquelas áreas onde o uso alternativo ao manejo florestal, ou outras atividades de baixo impacto ambiental, não apresenta rendimentos expressivos por unidade de área.

É necessário definir projetos de investimento que combinem alta produtividade da terra e uso intensivo de mão-de-obra qualificada. Isso permite o adensamento populacional, minimizando-se ao mesmo tempo o impacto ambiental. Sistemas agroflorestais, manejo de florestas, criação de animais nativos e aquicultura são componentes de uma estratégia de desenvolvimento sustentável nas condições da Amazônia. As explorações devem ser sustentáveis também do ponto de vista econômico, além do ambiental. Essa fórmula geral deve ser implementada em diferentes biomas e com diferentes populações. Seus impactos culturais e ambientais devem ser compatíveis com a região.

Estão andamento diversos projetos experimentais que pretendem implantar práticas econômicas adequadas às populações tradicionais utilizando técnicas com as características mencionadas. Com relação aos projetos de mineração, energéticos e de exploração da diversidade genética, que são intensivos em capital, seu apoio é justificado pelos significativos excedentes econômicos gerados e por impactos ambientais localizados, controláveis e calculáveis. Tais impactos ainda deverão ser objeto de políticas sociais e ambientais compensatórias. A exploração do potencial hidroelétrico da Amazônia não atinge mais do que 2% do seu território.

Para a viabilizar a exploração de nosso potencial energético e mineral, é necessário proteger as áreas onde não haverá tal exploração, de modo a preservar nesses espaços o patrimônio da diversidade genética. Aproveitar o potencial mineral e energético significará gerar impacto

antrópico e desmatamento em uma área equivalente a 4% do território da Amazônia Legal. Hoje, sem explorar essas riquezas, estamos agredindo quase 50%.

Nas áreas já degradadas ou alteradas é possível implementar projetos de agricultura e pecuária intensiva, bem como implantar florestas industriais.

Os investimentos produtivos urbanos – industriais e de serviços – deverão equacionados levando-se em conta a política industrial nacional (evitar plataformas de importação) e as potencialidades locais. Com relação à biotecnologia, cabe lembrar que a pesquisa de laboratório pode ser feita em qualquer lugar, mas as aplicações deverão ser implementadas onde estão as matérias-primas, mesmo se essa proximidade não for um fator locacional significativo. Se necessário, devem-se usar subsídios para viabilizar essa industrialização.

É oportuno o apoio a um programa nacional de pesquisa de produtos amazônicos, que articule todos os centros universitários e de pesquisa, bem como o estabelecimento de um fórum ou uma câmara regional que congregue os principais agentes do desenvolvimento da região.

VIII

Reflexão final sobre o desenvolvimento sustentável

A Amazônia faz fronteira com os Cerrados e o Semi-Árido. Se pensarmos que essa vizinhança “paradoxal” resulta apenas da definição política e da história das unidades da Federação, cometeremos um equívoco. É bom lembrar que a maioria dos rios da calha sul nasce no Cerrado, onde estão começando a morrer. O mesmo fenômeno ocorre com o rio São Francisco: a soja está matando os afluentes da sua margem esquerda.

Termino este livro muito mais preocupado com os impactos ambientais do que quando comecei. A questão ambiental é mais séria do que o ambientalismo *new age* alardeou. Poucas atividades são sustentáveis — pesca, manejo florestal, agroflorestamento —, mesmo assim, se realizadas em intensidade adequada. Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é relativo. Na prática, relaciona-se com a necessidade de minimizar desperdícios. Isso nos remete, necessariamente, aos padrões de consumo. O desperdício não pode ser enfrentado apenas na produção; o consumo também deve ser redefinido, revolucionado e racionalizado.

Tudo isso nos afasta da forma como a sociedade industrial foi desenvolvida até aqui. O *american way of life* não pode ser generalizado em escala mundial, e só pode ser mantido nos Estados Unidos com crescentes custos ambientais e importação de recursos não renováveis. Não importa o nome que se dê a esse processo, mas uma nova forma racional de organizar a produção e o consumo humano precisa ser desenvolvida. O controle populacional, a apropriação imperialista de recursos em escala mundial e a exclusão dos povos dos modernos padrões de consumo podem postergar essa transformação, mas não impedi-la. Se a racionalidade for barrada, o colapso virá.

As experiências de planificação socialista não enfrentaram essa questão. O socialismo surgiu nos países atrasados, cheios de desigualdades. No mundo capitalista, o processo de desenvolvimento resolveu a miséria, à inglesa, com a divisão internacional do trabalho e a imigração. O imperialismo ajudou a aumentar os salários reais para os trabalhadores das metrópoles. O socialismo, na Guerra Fria, não pôde “produzir manteiga”, apenas “canhões”. E sucumbiu. Não temos muitas heranças para começar a nossa tarefa. Mas ela não pode ser postergada.

Li algures, quando menino, que um filósofo que estava aprendendo a tocar flauta foi questionado por um discípulo: “Mestre, por que aprender a tocar flauta, se morreremos um dia?” “Para tocarmos enquanto estamos vivos”, respondeu. Este é o caso do desenvolvimento sustentável.

Não é exagero falar que desenvolvimento sustentável, nos dias atuais, é uma noção que “desfruta de uma unanimidade só comparável, talvez, à felicidade e ao amor materno” (Veiga, 2005). Surgiu, no início da década de 1970, como

uma resposta à polarização exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma, que opunha partidários de duas

visões opostas sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente. De um lado, aqueles genericamente classificados de possibilistas culturais (ou ‘tecnocêntricos’ radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade da inventiva da humanidade. Do outro lado, os chamados deterministas geográficos (ou ‘ecocêntricos’ radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico. (Romeiro, 1999)

O conceito de desenvolvimento sustentável buscou uma posição intermediária. Aceita que existem limites ambientais, mas também acredita que o progresso técnico pode superar ou atenuar essas restrições. É fácil ver que a conciliação é construída com muita imprecisão e malabarismos ideológicos, usando o artifício de elidir o horizonte temporal da questão da sustentabilidade, pois, quanto mais curto o horizonte, menores são os limites da natureza ao processo de desenvolvimento.

Para o nosso tema, entretanto, a importância do desenvolvimento sustentável é capital. Apesar de ser um conceito cercado de contravérsias, é impossível pensarmos o futuro da Amazônia sem ele. Na sua forma mais pragmática e simples, uma corruptela da que encontramos no *Relatório Brundtland*, desenvolvimento sustentável é um padrão de desenvolvimento que evita ou minimiza o desperdício de recursos renováveis e, principalmente, não-renováveis. Assim, o desenvolvimento no presente não compromete o desenvolvimento no futuro, garantindo as condições de vida das gerações vindouras.

Porém, não nos enganemos: a aceitação unânime do conceito baseia-se em sua imprecisão. Como veremos, ele não é simples nem prático. Por ser normativo, prescritivo, por estar situado no plano do dever-ser, pode tão-somente existir como meta utópica, um padrão ideal a

servir de norte para os processos de desenvolvimento reais e históricos. Além disso, é mais fácil enunciá-lo do que praticá-lo ou alcançá-lo. Evitar desperdício é muito diferente de não consumir recursos escassos.

Para entender melhor essa problemática, voltemos a um ponto central, formulado por Georgescu-Roegen no início da década de 1970. Para esse economista, desenvolvimento sustentável, pensado em um horizonte temporal dilatado, de longuíssimo prazo, seria uma impossibilidade. A segunda lei da termodinâmica afirma a existência de uma limitação física na base do processo econômico.

As atividades econômicas transformam uma parte da energia contida nos hidrocarbonetos. A transformação de energia em trabalho desperdiça, necessariamente, uma parcela do calor, e esse processo é irreversível no que se refere à energia dissipada. Portanto, em longuíssimo prazo há um limite intransponível ao crescimento econômico. A utilização direta da energia solar, que supostamente seria um fluxo inesgotável, pressupõe alguma forma de concentração para posterior utilização; essas formas de captação de energia são limitadas, finitas. A fotossíntese, o ciclo da chuva e outros fenômenos similares podem capturar, apenas, uma certa quantidade de energia solar. Segundo o biólogo britânico Stuart Pimm (2005), cerca de 45% da fotossíntese das plantas já são apropriados, direta ou indiretamente, pela espécie humana.

No longo prazo, a questão da entropia, explorada por Georgescu, é tão positiva como a certeza da morte ou o fim do Sol ou da Terra. Porém, se concordamos que o problema é inexorável nesse horizonte extraordinário, o que dizer sobre horizontes mais curtos? É evidente que os ciclos humanos têm dimensão infinitamente menor que os cósmicos. Isso seria um argumento suficientemente forte para construir a compatibilidade entre crescimento econômico e limites ambientais. A ausência de certeza não deve inibir a busca de estilos desenvolvimento que privilegiem a máxima sustentabilidade. Assim como a certeza da morte não nos impede de viver uma vida possível, o desenvolvimento sustentável é

um projeto a ser perseguido para o longo período que antecede ao final absoluto.

Para tanto, devemos voltar a atenção para o processo concreto, histórico, de desenvolvimento. Mas, em vez de adentrarmos logo a Amazônia, com sua geologia, hidrografia, flora e fauna, convido o leitor para um ligeiro passeio filosófico.

A natureza é a base da vida em geral. O homem, ser original, se define ontológica e historicamente por diferenciar-se na natureza. Por meio do trabalho, opõe-se a ela, a nega. O processo de desenvolvimento do mundo humano resulta da combinação do trabalho com a natureza. A própria natureza também é fruto da ação humana. Não é um dado exterior à práxis, e sua conceituação é indiscutivelmente uma construção humana.

A Natureza não é estática. Não existe nela um equilíbrio que perdure através dos tempos. Está sempre evoluindo, transformando-se, modificando-se. Não existe um ponto desejável de chegada, o ponto que sublinharia a idéia de evolução, com estágios superiores substituindo inferiores como a realização de um projeto inequívoco. As espécies mais adaptadas foram vitoriosas por circunstâncias aleatórias e exógenas. O choque de um asteróide, segundo uma das teorias aceitas, provocou o fim dos dinossauros. Glaciações, secas e vulcões modificam o meio ambiente e interferem na especiação.

Apesar da produção humana ocorrer com e sobre a natureza, usando os recursos naturais, seu caráter é fundamentalmente simbólico. A produção humana é simbólica. As necessidades, os padrões de consumo, o conceito de riqueza são criações humanas. O fato de a natureza ser a base da riqueza humana, de a riqueza ser uma forma de apropriação da natureza, não enfraquece o caráter humano, social, do processo econômico e da produção humana da natureza.

Essa dimensão humana da produção não suprime as determinações da relação que estabelecemos com a natureza, com seu caráter, em

vários aspectos, exógeno e independente ao processo de produção humana. O Iluminismo difundiu a idéia, exageradamente otimista, de que o homem pode superar os problemas gerados pelo desenvolvimento. Todo problema criado teria uma solução positiva.

As principais correntes de pensamento da ciência econômica tratam a natureza a partir desse pressuposto. Tratam a própria economia com otimismo metodológico, ao entender que há tendência ao equilíbrio e mecanismos de correção automática. A ciência econômica também não teoriza bem a riqueza, e nem mesmo a produção da riqueza. Estuda, apenas, as relações e motivações humanas no processo de produção. Não mede nem consegue precificar – pois o próprio conceito de preço, nesse contexto, não tem sentido – a incorporação da natureza ao processo econômico. As teorias clássicas da renda da terra descrevem a repartição do excedente e não a contribuição do “fator” para a produção. As teorias de desenvolvimento de todos os matizes relacionam valores, preços, mercadorias. Mas o quinhão, o *quantum*, da natureza que é incorporado ao processo de produção não é (nem pode ser) corretamente valorizado. Se valor é trabalho ou é subjetivamente determinado por algum mecanismo de mercado, e se a natureza é não trabalho ou não pode ser ofertada, produzida, como ela pode ser valorizada, em termos econômicos? Nenhuma teoria de preço poderá regular a natureza, o não-trabalho. Qual é o custo da poluição? E do esgotamento dos recursos hoje utilizados? Qual é o preço da última árvore?

Algumas questões sobre desenvolvimento e natureza

O desenvolvimento é essencialmente produção e acumulação de riqueza. Ocorre com a incorporação de riquezas naturais (florestas, solos, minas, fontes energéticas) e artificiais (indústria, técnica, construções). O trabalho é a atividade que incorpora e gera riqueza que pode ser acumulada e, portanto, produz desenvolvimento. É a transformação da energia

em coisas úteis. A energia é o que está por trás do trabalho e do desenvolvimento. A técnica aumenta a eficiência do trabalho e o estoque de riqueza a ser explorado. Essa ampliação, fruto da evolução técnica, é uma questão central. Transforma itens da natureza em recursos produtivos e bens que atendem às necessidades humanas. Cria novos bens econômicos a partir dos recursos disponíveis, aumentando a possibilidade de acumulação. A aquisição ou conquista de riquezas – recursos ou territórios – é outra forma de acumulação. Isso inclui descobertas de jazidas, de novos vegetais, de seres vivos etc. – tudo o que pode ser incorporado ao processo de produção.

A relação da população com a riqueza está no centro da questão do desenvolvimento. Por ser produto desse complexo processo de produção que envolve trabalho humano e natureza construída, a distribuição da riqueza não é um resultado natural. Reflete instituições e distribuições assimétricas de poder entre pessoas, classes sociais, povos e nações. Por isso, a idéia de desenvolvimento está associada a juízos de valor. Não só no que se refere à distribuição da riqueza entre os homens como também à relação com a natureza.

O investimento, aquele que faz parte do que os economistas chamam de demanda efetiva, para gerar desenvolvimento tem que ampliar a riqueza, criar ou incorporar novas fontes de riqueza. Nem todo gasto que gera demanda efetiva é gerador de desenvolvimento. É necessário criar riqueza com possibilidade de acumulação ou de futura produção de serviços. A relação entre riqueza e renda está no centro da questão do desenvolvimento. Usar a riqueza, natural ou artificial, de forma predatória é destruir a riqueza e transformá-la em renda, comprometendo o futuro. Gastos equivocados são estéreis, e essa esterilidade não é fruto de julgamento de valor. Pontes que caem, máquinas que não funcionam, estradas com vida útil de efemérides, obras faraônicas que esterilizam recursos, nada disso é capaz de gerar desenvolvimento. Dilapidam recursos e não prestam nenhuma contribuição futura.

Todas as comunidades humanas geraram e geram pressões sobre a natureza. A civilização industrial não inovou nesse aspecto, apenas amplificou essa pressão e revelou a tensão entre a produção e a preservação da base material. Partindo-se do consumo médio atual – do que é utilizado e do que é estragado, do que gera poluição –, as projeções da expansão do modelo de consumo sobre os recursos são assustadoras, independentemente da questão distributiva.

Apenas como uma imprecisa especulação, vamos olhar os seguintes números para ver se o padrão de consumo dos países desenvolvidos – o chamado *american way of life* – poderá ser generalizado. Tomemos, para um primeiro exercício, os dados referentes ao PIB, à população e ao PIB *per capita* dos países desenvolvidos, dos subdesenvolvidos e do mundo.

PIB, população e PIB *per capita* em 1998

	PIB US\$ bilhões (1990)	População milhões	PIB <i>per capita</i>
Países desenvolvidos	17.998	838	21.477
Países subdesenvolvidos	15.727	5.069	3.103
Mundo	33.725	5.907	5.709

Fonte: Maddison.

Se generalizarmos o padrão de consumo dos países desenvolvidos – nunca é demais repetir que estamos trabalhando com dados médios –, o produto mundial precisará ser multiplicado por quase quatro vezes. É evidentemente impossível. Qual seria o impacto ambiental associado a essa produção?

O quadro seguinte mostra outras informações que apontam para o mesmo problema.

Consumo de metais *per capita* em países selecionados, 2003

(quilos *per capita*)

Países	Alumínio	Cobre	Níquel	Aço
China	4,0	2,4	0,1	197,9
Índia	0,7	0,3	0,0	33,4
Japão	15,8	9,4	1,4	603,2
Coréia	20,6	18,9	2,4	984,6
USA	19,3	7,8	0,4	349,3

Fonte: TDR, 2005.

A relação entre as médias de consumo dos dois primeiros países, reconhecidamente em desenvolvimento, e dos outros três países, já industrializados, varia de 5,5 vezes para o aço até 28 vezes para o níquel.

Para finalizar, tomemos o petróleo como último exemplo. Em 2002, o consumo anual *per capita* de petróleo dos Estados Unidos era de 25,2 barris. Dá para imaginar a população mundial com esse padrão de consumo? Somos pouco mais de 6,5 bilhões de pessoas. Com o nível de consumo americano, chegaríamos à extraordinária cifra de 163,8 bilhões de barris, aproximadamente 5,6 vezes o consumo de petróleo mundial em 2002.

Os dados servem para sintetizar as duas questões que co-existem ao longo desse livro: as tensões geopolíticas e a necessidade de desenvolvimento sustentável. É indiscutível que há limites ao crescimento. Existe uma questão ambiental emergente e, no longo prazo, uma oferta limitada de recursos não-renováveis, e até mesmo de seus substitutos renováveis. Mas, devemos reconhecer, essa problemática aparece de maneira distinta nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos.

Uma das questões centrais na discussão do desenvolvimento sustentável diz respeito à base técnica e ao padrão de consumo das sociedades

modernas. No período posterior à Segunda Grande Guerra, a aspiração dos povos subdesenvolvidos era reproduzir o nível de vida dos países ricos. Esse era um dos mais fortes significados da noção de desenvolvimento econômico: garantir acesso à tecnologia moderna e aos modernos bens e serviços. A questão do limite ao crescimento só ganhou notoriedade a partir da década de 1970. Nesse momento, junto com as frustrações de um desenvolvimento problemático e aparentemente inalcançável, surgiram as teses dos limites naturais de oferta de recursos em termos globais. Vale repetir, porque o ponto é muito importante, que os limites são calculados em termos globais, e não em relação à disponibilidade de recursos para um determinado país.

Para os países ricos, o problema tinha outra configuração. A questão a ser resolvida era manter os elevados níveis de consumo já alcançados e mitigar os efeitos ambientais desse estilo de vida, reservando para si os recursos não-renováveis existentes, “pensados em termos globais”. É por isso que, no interior de uma questão ambiental real e verdadeira, surgiu o “ambientalismo”, ou “ecologismo”, como uma ideologia neocolonialista. A manutenção do padrão de consumo daqueles povos desenvolvidos está ligada ao “veto” ambientalista ao desenvolvimento em regiões inexploradas, como a Amazônia. A pressão dos países hegemônicos para reservar os recursos mundiais para seu desfrute ganha a forma de uma cruzada pela preservação do meio ambiente global. A confusão em torno da idéia de desenvolvimento sustentável explica-se, em boa parte, por aquela ideologia ambientalista que postula uma sustentabilidade não desenvolvimentista.

A idéia de desenvolvimento e de interesses nacionais é transformada, pela idéia de preservação global, em uma acentuada inflexão do processo político vivido pelo Terceiro Mundo no pós-guerra.

Idéias para um desenvolvimento sustentável possível

O primeiro passo para pensarmos um projeto de desenvolvimento sustentável é abandonarmos a ideologia ambientalista. A inversão maniqueísta que postula que a natureza é vítima e o desenvolvimento humano é algoz deve ser substituída por um projeto que busque a sustentabilidade dentro de uma perspectiva desenvolvimentista. Também deve ser abandonada a proposta assimétrica – uma espécie de “ambientalismo de conveniência” – que defende que os pobres preservem e os ricos consumam os recursos naturais.

Os limites naturais existem e não podem ser ignorados. A produção humana deve levá-los em conta, com a consciência de que não existe técnica que não afete, de alguma forma, a natureza. O progresso técnico pode dilatar o horizonte, mas não elimina de forma absoluta os limites. Este é um problema insolúvel. Podemos conviver com ele de uma forma melhor ou pior.

O desenvolvimento sustentável, portanto, deverá ser um alvo, uma meta a ser perseguida. Um projeto definido com valores explícitos de conservação de recursos, da qualidade ambiental e do bem-estar humano. É fácil de falar e muitíssimo mais difícil de fazer. Os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento sustentável, em escala global, são quase intransponíveis.

A dificuldade começa pelo padrão de consumo do Primeiro Mundo, que é desejado por todos os povos. O fato de que exista uma impossibilidade de generalização desse padrão para toda a humanidade não elide o fato de que o desejo está presente e cria demanda por bens intensivos em recursos não-renováveis.

O segundo, que também deriva da estrutura da sociedade contemporânea, se refere à reprodução do padrão concentrado de distribuição de renda e de riqueza. Essa sociedade global, em que a renda é concentrada, reproduz necessidades supérfluas por bens intensivos em recursos escassos. Parte significativa desses bens estão localizados em países sub-

desenvolvidos, mas a maior parte dos consumidores de alta renda está localizada nos países ricos.

Outra maneira de abordar questão é pensarmos que, para aquela fração da sociedade mundial que consome a maior parte dos recursos naturais, o pesadelo futuro vem embalado por prazeres presentes. Se agregarmos o fato, já observado por Furtado (1974), de que “as elucubrações sobre o destino de nossa civilização, por fascinantes que ocasionalmente pareçam, são de reduzido impacto sobre o espírito do homem comum”, podemos concluir que as condições políticas para uma mudança estrutural a partir de uma posição espontânea da população estão além do nosso horizonte.

Apenas instituições que pensem a coletividade no longo prazo poderão enfrentar esse problema, que está situado no horizonte temporal da espécie, não do indivíduo. Como fazer com que a solidariedade, sem reciprocidade entre gerações distantes, prive as gerações atuais de usufruir imediatamente os recursos que deverão ser guardados para o futuro distante?

A construção dessas entidades e dessa mentalidade está na ordem do dia. A própria ideologia ambientalista, equivocada nas propostas de preservação absoluta, é um elemento importante na difusão da problemática ambiental. Mas é apenas o primeiro passo. Precisamos uma nova ética que assuma o compromisso com a vida humana e com o meio ambiente. A partir desse compromisso, devemos fundar uma nova lógica econômica, muito distante da ética individualista que funda o capitalismo.

O desenvolvimento sustentável só poderá ser implementado com planejamento. Alguns de seus elementos podem ser enunciados: consumo medido; racionalidade na produção e no transporte; progresso técnico que poupe recursos e não aquele que gere obsolescência tecnológica para estimular o consumo supérfluo; intensificação do uso do intelecto humano; processos democráticos de tomada de decisão e aperfeiçoamento de mecanismos de democracia participativa.

O uso do território deverá ser cuidadosamente estudado para que se identifiquem as atividades que ele pode suportar. Não nos referimos, apenas, a atividades envolvendo recursos não-renováveis. Existem ambientes frágeis para a agricultura. Existem terrenos aptos a produzir determinados vegetais e deficientes para produzir outros bens. A mundialização criou um padrão alimentar mais homogêneo, baseado em uma cesta de produtos que está associada a determinadas regiões e não pode ser produzida em qualquer ecossistema.

Ambientes frágeis para a agricultura podem ser apropriados para a silvicultura ou outras atividades, mas poderão suportar a ação humana? O desenvolvimento sustentável deve reconhecer as potencialidades locais e adaptar a vida econômica, sem tentar generalizar padrões de consumo que sejam inatingíveis ou insustentáveis.

Bibliografia

BARRETO, Paulo *et alli*. “Human pressure on the Brazilian Amazon Forest”. Belém, Imazon, 2006.

BLASIS, Paulo de. Entrevista ao *Jornal da USP* nº 566, 4 de setembro de 2001, www.usp.br.

EL-KAREH, Almir Chaiban. “A companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a defesa da Amazônia brasileira: o imaginado grande banquete comercial”, *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e da VI Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, 2003.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADELHA, Regina Maria Fonseca. “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45. São Paulo, 2002.

GELBSPAN, Ross. In J. Motavalli, *El cambio climático*. Espanha, Paidós, 2005. GREGOR, Thomas. ISA, www.socioambiental.org.br. Notícias Socioambientais, 15 de maio de 2006.

LENTINI, Marco *et alli*. “Fatos Florestais da Amazônia 2005”. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

LESSA, Carlos. Texto apresentado no Seminário CEE/ESG-BNDES, 2001

LLERAS, E. e LEITE, A. M. C.. “A biodiversidade amazônica sem mitos”. Embrapa, Amazônia Ocidental, série documentos, v. 36, p. 1-20. Manaus, 2005.

MALM, Olaf. *Ciência Hoje*, v. 37, nº 221, novembro de 2005.

MARENGO, José e NOBRE, Carlos, *Ciência Hoje*, v. 37, nº 221, novembro de 2005.

MACHADO, Lia O. “Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia”, 1996; www.unesco.org/shs/most.

MADDISON, Angus. *The World Economy, a millennial perspective*. OECD, 2001.

MARCIONILA, Fernandes. UFAL. II Encontro ANPPS, 24-26 de maio de 2004.

MARTIN, Gabriela. “A Amazônia na pré-história”, *Revista Eco* 21, ano XV, nº 98, janeiro de 2005; www.ambientebrasil.com.br.

MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

MEIRELLES FILHO, João. *O livro de ouro da Amazônia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

NEVES, Eduardo Góes. Reportagem de Fábio de Castro, Agência USP de Notícias em 26 de setembro de 2002; www.usp.br.

NOBRE, Antonio, 2003. <http://lba.cptec.inpe.br/port/documentos/matérias/20030905.htm>.

PIMM, Stuart. *Terras da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Planta, 2005.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Edinova Ltda, 1965.

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. “O Grão Pará e o Maranhão”. In “O Brasil Monárquico”, *História geral da civilização brasileira*, v. 4. São Paulo: Difel, 1985.

RIVERO, Oswaldo de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis do século XXI*. Petrópolis, Vozes, 2000.

ROMEIRO, Ademar. “Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares”. In *Econômica*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1999.

SÁ FREIRE, Laura M. C.. “Região amazônica: novas ameaças e possíveis respostas”. In *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 44, v. 20, 2004.

SANTILLI, Marcio. “O que significam mais de 26 mil km² devastados na Amazônia”. *Notícias socioambientais*, 20 de maio de 2005.

SOARES FILHO, Britaldo Silveira et alli. “Cenários de desmatamento da Amazônia”. In *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, nº 54, agosto de 2005.

SOUBLIN, Jean. *História da Amazônia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2003

SOUZA, Marcio. “Afinal, quem é mais moderno neste país?” In *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 19, nº 53, 2005.

SOUZA, Marcio. *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SILVA GUEDES, Núbia Soraya da. “Criação dos territórios federais no direito brasileiro: o caso do Amapá”. Projeto de tese apresentado ao curso de mestrado em direito da Universidade Federal do Pará, tendo como orientador o professor Fernando Scaff.

UNITED NATIONS, *Trade and development*, 2005.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Páginas na Internet:

www.ada.gov.br

www.amazonialegal.com.br

www.cbdb.org.br

www.amzonwatch.org

www.mma.gov.br

www.ipcc.ch

www.pa.gov.br

www.socioambiental.org.br

